



CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Cleide Silva Dias

**A EXPANSÃO DA OFERTA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD): um estudo de
caso do Pólo UNOPAR em Cruz das Almas – BA.**

CACHOEIRA-BA

2017

CLEIDE SILVA DIAS

A EXPANSÃO DA OFERTA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD): um estudo de caso do Pólo UNOPAR em Cruz das Almas – BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jucileide Ferreira do Nascimento.

CACHOEIRA-BA

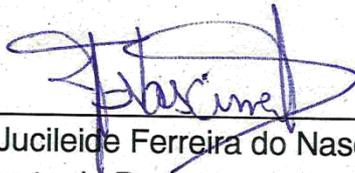
2017

CLEIDE SILVA DIAS

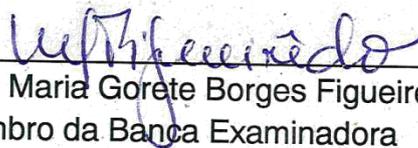
“A EXPANSÃO DA OFERTA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD): um estudo de caso do Polo UNOPAR em Cruz das Almas – BA.”

Cachoeira – BA, aprovada em 04 de abril de 2018.

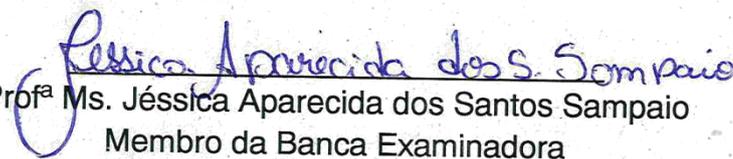
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento
Presidente da Banca Examinadora



Profª Ms. Maria Gorete Borges Figueiredo
Membro da Banca Examinadora



Profª Ms. Jéssica Aparecida dos Santos Sampaio
Membro da Banca Examinadora

“Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes”

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

Depois de muitas lutas, noites de estudos que pareciam não ter fim, tive alguns tropeços, algumas perdas e muitas vitórias ao longo desta caminhada, mas confiante de que Deus sempre esteve a me sustentar em todos os momentos para que finalmente eu pudesse conseguir completar mais essa etapa da minha vida.

Agora é hora de olhar para trás, sentir um pouco de saudade e muito orgulho do caminho percorrido, e agradecer a Deus que é o único digno de toda honra, toda glória e toda exaltação por ter estado ao meu lado em cada instante desse percurso. Minha gratidão será infinita para com Ele e para com todas as pessoas que sempre me deram forças.

A toda minha família pelo apoio moral, emocional e estrutural que me ofereceram durante toda minha vida, e em especial ao longo da minha vida acadêmica.

A minha mãe Maria da Glória, minha amiga e incentivadora, meu maior exemplo de força e determinação; essa vitória dedico a ela que sempre esteve e sempre estará pronta para me acolher nos momentos em que o meu fardo se tornar pesado. Sem ela não sei se conseguiria...

Ao meu pai João Pereira (In memoriam), que trabalhou para nos dar sempre o melhor e com certeza junto com a minha mãe foram peças fundamentais para a minha formação pessoal.

Ao meu amado esposo Manoel Neres, companheiro de todas as horas, sempre esteve ao meu lado me incentivando e apoiando nos momentos em que eu achava que não ia conseguir e pensava em desistir.

Aos professores da UFRB- CAHL, que foram essenciais para minha formação profissional, à minha orientadora Prof^ª Dr^ª. Jucileide Nascimento e a Prof^ª e Assistente Social Jéssica Sampaio pelas contribuições e

questionamentos na pré- banca e na banca. É um agradecimento especial a Prof^a Msc. Maria Gorete Borges minha co-orientadora que tão carinhosamente me acolheu neste processo de orientações, muito obrigada pela paciência e pelos puxões de orelhas que foram necessários para que o trabalho fluísse. Obrigada de coração.

A secretária de Desenvolvimento Social, Rozameire Santana e a Secretária de Educação Marli Medina, ambas do município de Maragogipe, secretárias onde trabalhei ao longo desses quatro anos da minha vida acadêmica. A vocês os meus sinceros agradecimentos pela compreensão e apoio.

À Coordenadora do CRAS de Maragogipe - Vereador Benedito Lopes, Camila Barbosa, Assistente Social, que contribuiu bastante com a sua experiência profissional possibilitando uma troca de aprendizado durante todo o período do Estágio Supervisionado.

Aos meus colegas de sala, especialmente aos da “turma do tomate” como fomos batizados lá no primeiro semestre. Foi muito bom conhecer cada um, a nossa convivência e troca de experiências foi muito proveitosa, desejo muito sucesso pessoal e profissional a cada um de vocês.

À coordenação, aos tutores, alunos e ex- alunos da UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, Pólo de Cruz das Almas, que responderam aos questionários, contribuindo com informações que foram essenciais para a construção desta pesquisa.

Por fim, um abraço caloroso para todos que fizeram parte direta ou indiretamente desta caminhada, muito obrigada a todos vocês!

RESUMO

O presente estudo objetiva a análise da expansão do curso de Serviço Social na modalidade EAD, fazendo um estudo de caso do Pólo da UNOPAR-Universidade Norte do Paraná no município de Cruz das Almas-BA. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas com abordagem quantitativa. Na sua estruturação foi feito um percurso histórico do Serviço Social que vai da formalização à expansão do curso no Brasil. Por conseguinte, no segundo capítulo foi discutida a educação superior no Brasil, abordando a educação à partir da Constituição de 1988, passando pela implantação do ensino superior e fazendo algumas pontuações sobre a reforma do ensino superior no Brasil e por fim foi discutida educação a distância no Brasil, da sua origem à sua regulamentação, a formalização do curso de Serviço Social na modalidade EAD, a implantação e as contribuições do curso de serviço social EAD no município de Cruz das Almas.

Palavras-chave: EAD; Educação Superior; Serviço Social.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the expansion of the Social Work course in the EAD modality, making a case study of the UNOPAR-North Pole University in the city of Cruz das Almas-BA. The methodology used was the bibliographical research and instrument of data collection constituted by a series of questions with qualitative approach. In its structuring was made a historical course of Social Service that goes from formalization to the expansion of the course in Brazil. Therefore, the second chapter discussed higher education in Brazil, addressing education from the 1988 Constitution, through the implementation of higher education and making some scores on the reform of higher education in Brazil and finally discussed distance education in Brazil, from its origin to its regulation, the formalization of the Social Work course in the EAD modality, the implementation and contributions of the EAD social service course in the municipality of Cruz das Almas-BA.

Keywords: EAD; College education; Social service.

LISTA DE SIGLAS

AVA- Ambiente de Verificação de Aprendizagem

CAHL- Centro de Artes, humanidades e Letras

CCAAB- Centro de Ciências Ambientais, Agrárias e Biológicas

CEAS- Centro de Estudos de Ação Social de São Paulo

CETEC- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

CONSEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

EAD- Educação a Distância

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FAESF- Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana

FAMAM- Faculdade Maria Milza

FBBR- Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo

FDP II- Faculdade Dom Pedro II

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES- Instituições de Ensino Superior

INED- Instituto Nacional de Educação a Distância

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira

IUB- Instituto Universal Brasileiro

LBA- Legião Brasileira de Assistência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE- Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado

MEB- Movimento de Educação de Base

MEC- Ministério da Educação
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE- Plano Nacional de Educação
PROUNI- Programa Universidade para Todos
REUNI- Reforma Universitária
SAEB- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SESC- Serviço Social do Comércio
SESI- Serviço Social da Indústria
UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIFACS- Universidade Salvador
UNOPAR- Universidade Norte do Paraná
USAID- United States Agency for International Development

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Matrículas EAD no Brasil- 2010 e 2013
Gráfico 02: Gênero declarado (Alunos/egressos)
Gráfico 03: Idade declarada (Alunos/egressos)
Gráfico 04: Naturalidade declarada (Alunos/egressos)
Gráfico 05: Motivação de escolha pelo curso de serviço social EAD
Gráfico 06: Campo de estágio
Gráfico 07: Tempo de duração do estágio
Gráfico 08: Atuação profissional na área
Gráfico 09: Ingresso no mercado de trabalho
Gráfico 10: Registro no CRESS
Gráfico 11: Idade declarada (tutores)

Gráfico 12: Gênero declarado (tutores)

Gráfico 13: Naturalidade declarada (tutores)

Gráfico 14: Cargo/função

Gráfico 15: Tempo de trabalho na instituição

Gráfico 16: Formação

Gráfico 17: Modalidade de formação

Gráfico 18: Avaliação do curso de serviço social- UNOPAR- polo cruz das almas

Gráfico 19: Contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/regional

Gráfico 20: Idade declarada (coordenação)

Gráfico 21: Gênero declarado (coordenação)

Gráfico 22: Naturalidade declarada (coordenação)

Gráfico 23: Cargo/função

Gráfico 24: Tempo de serviço no cargo/função

Gráfico 25: Periodicidade de ingresso e quantidade de alunos por período

Gráfico 26: Implantação do curso de serviço social em cruz das almas

Gráfico 27: Ingresso de discentes por período

Gráfico 28: Graduação dos docentes e como são intitulados

Gráfico 29: Rotatividade dos docentes na instituição

Gráfico 30: Avaliação do ensino, a freqüência e qual a forma de avaliação

Gráfico 31: Contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/regional (Coordenação)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	14
2.1. FORMALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	14
2.1.1. ESTRUTURAÇÃO DAS PRIMEIRAS FACULDADES DE SERVIÇO SOCIAL.....	18
2.2. EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	22
3. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	24
3.1 A EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	25
3.2. IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	27
3.3 ALGUNS PONTOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	29
4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	31
4.1. EAD: ORIGEM E DEFINIÇÃO.....	32
4.2. A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	35
4.3. FORMALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	64

1. INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é discutir a expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil, ela surge de uma inquietação pessoal, que me levava a refletir sobre quais as propostas de ensino x aprendizagem desta modalidade.

Por que existem tantas críticas e questionamentos em relação a esta modalidade e a mesma tem se expandido tanto nos últimos anos e em especial o curso de serviço social? A partir destes questionamentos emergiu o interesse em problematizar a questão da expansão do curso de serviço social na modalidade EAD.

Com a expansão da oferta dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD surgem as preocupações por parte dos assistentes sociais e dos órgãos que representam a categoria com a formação desses novos profissionais egressos da modalidade EAD que vem se expandindo de forma avassaladora e oferecendo uma formação que torna-se palco de discussão, reflexão e entendimento.

Para tal discussão se fez necessário um passeio histórico para conhecer a gênese do Serviço Social no Brasil e o seu processo de transformação até os dias atuais, destacando as principais mudanças ocorridas nesta trajetória da formação profissional, mostrando os caminhos percorridos para melhor compreender as atuais configurações da categoria.

Foram estudadas também as transformações ocorridas na educação do Brasil a partir da Constituição de 1988, a criação da LDB e a reforma do ensino superior no Brasil.

Falar sobre educação no Brasil é um grande desafio, pois apesar dos avanços alcançados ainda se tem muito que avançar, pois ainda existem problemas que precisam ser solucionados para o que o país consiga atingir os níveis de crescimento a que se propõe.(Cardim, 2012).

E por fim falamos sobre a origem da Educação a Distância EAD, as leis que regulamentam essa modalidade de ensino no Brasil, a formalização do curso de serviço social nesta modalidade e a realidade desta modalidade no município de Cruz das Almas que está situado no Recôncavo da Bahia,

há 146 km de distância da Capital Bahiana, Salvador. E a instituição alvo deste estudo foi a UNOPAR, que mantém um Pólo neste município desde 2004 e oferta o curso de serviço social desde 2007.

A metodologia utilizada foi a pesquisa quali-quantitativa, foram utilizados questionários (com perguntas abertas e fechadas) como técnica de coleta de dados e revisão bibliográfica. Os questionários semi-estruturados foram preenchidos pelos entrevistados nas dependências da instituição alvo deste estudo e na presença do pesquisador. Todos(as) os(as) entrevistados(as) assinaram o Termo de Consentimento livre e esclarecimento, para assegurar que as informações serão utilizadas e o sigilo será garantido. As análises dos dados foram sistematizadas e organizadas em gráficos possibilitando uma melhor visualização e apresentação dos dados quantitativos. Por fim, o trabalho estrutura-se em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda os Aspectos Históricos do Serviço Social: O percurso histórico do Serviço Social no Brasil. O segundo tece discussões acerca do debate da Educação no Brasil: As transformações no ensino superior e por último, o terceiro, que traz uma apresentação da EAD no Brasil e uma análise da pesquisa de campo.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Para compreendermos a gênese do Serviço Social, faz-se necessário acessar as fontes teóricas da profissão, onde dar-se-á um breve percurso histórico da formação em Serviço Social no Brasil, sua institucionalização trazendo-o ao momento atual.

Se faz mister retratar as principais mudanças que ocorreram na profissão, principalmente na trajetória da formação profissional; e segundo SILVA (1995 p. 35), a história do Serviço Social: "(...) não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade (...) isto é, a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais".

Esse percurso dá origem à institucionalização da formação profissional e traz o entendimento do caminho que foi seguido, ajudando a compreender o que hoje se configura como exercício e modelo formador da categoria.

2.1. FORMALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O serviço social teve suas origens dentro da Igreja Católica junto com a necessidade da burguesia aliada ao Estado de controlar a classe operária emergente que vinha se organizando para reivindicar direitos e pressionar o Estado e a sociedade com o intuito de tentar minimizar a exploração e visava preparar a grande massa operária para o sistema sócio – econômico – político da época.

O Serviço Social Brasileiro nasce no início do século XX, com o crescimento do processo de industrialização brasileiro e consolidação do capitalismo, com o crescimento do proletariado e a desvalorização do ser humano que eram obrigados a vender a sua mão de obra sem nenhuma preocupação por parte dos empresários com as condições de trabalho e de subsistência dos trabalhadores, nessa época legalmente falando o trabalho escravo já tinha sido extinto e por consequência disso o proletariado teve um crescimento; Tendo em vista que não existiam legislações trabalhistas,

direitos dos trabalhadores e nenhuma medida de proteção da classe trabalhadora etc.

A classe operária era extremamente explorada, os operários trabalhavam horas a fio chegando a um processo de exaustão, as mulheres grávidas trabalhavam e não tinha direito algum, muitas vezes chegavam a dar a luz a suas crianças no processo produtivo. Os conflitos de classe capital x trabalho, começam a aparecer de forma significativa no Brasil a partir desse período com manifestações por parte dos trabalhadores em busca de alguns direitos, com a formação de movimentos contra a submissão e humilhação que lhes eram impostas.

Pode-se dizer que a origem do Serviço Social no Brasil tem uma relação direta com as mobilizações organizadas pela classe operária no século XX. Neste contexto, fica claro que ele surge em resposta à evolução do capitalismo com o objetivo de preparar a grande massa operária para o capitalismo industrial. (Iamamoto 2011).

¹A questão social nas décadas de 20 e 30 vão se intensificar e servir de base para implantação do Serviço Social, com a generalização do trabalho livre e assalariado e da exploração da força de trabalho, o que ocorre no Brasil na década de 30 com a consolidação do capitalismo e a industrialização do país.

A Questão Social é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p. 77).

¹Importante salientar que nesse período as problemáticas sociais eram vistas como processo inerente ao trabalhador, e o indivíduo era culpabilizado por sua condição social.

“A Questão social são todas as formas de precarização da vida social específicas do modo de produção”. (PASTORINI, 2004) A questão social é uma categoria que expressa à contradição fundamental do modo capitalista de produção, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: No modo de produção capitalista existe uma má distribuição da riqueza produzida socialmente, aonde os trabalhadores não usufruem das riquezas que produzem, pois os capitalistas se apropriam delas.

Questão Social é apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem como raiz comum a produção social que é cada vez mais coletiva e o trabalho que torna-se cada vez mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, P. 27)

A pauperização, a fome, o desemprego, a violência, enfim... Todas as formas de precarização social existem por que a riqueza é produzida coletivamente e a apropriação é privada.

A Questão Social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital trabalho, a exploração. A exploração toda via apenas remete a determinação molecular da questão Social na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade ela implica a intercorrencia de componentes históricos, políticos e culturais. (PASTORINI, 2004, p. 100)

O estado não tem mais como ignorar a Questão Social e passa a reconhecê-la e a desenvolver estratégias de intervenção no sentido de amenizar os conflitos de classe, para isso o Estado vai convocar um profissional “Assistente Social” para intervir nessas expressões da Questão social, neste sentido o serviço social vai ser uma profissão que vai ter como objeto de intervenção as expressões da questão social e a ferramenta de intervenção as políticas sociais.

Então a implantação do Serviço Social está relacionada com as transformações econômicas e sociais, pelas quais a sociedade atravessou no

decorrer do seu processo histórico. E com essas transformações influenciou as classes sociais e suas respectivas instituições.

Antes da criação da primeira escola de Serviço Social no mundo, foi criada a escola de Filantropia Aplicada idealizada por Mary Richmond em 1897 em Toronto. Essa escola realizava cursos de aprendizagem da aplicação científica da filantropia que visava segundo (MARTINELLI, 2006, pág. 106) desenvolver “a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter”, a assistência social nessa época ainda era ligada a forma de caráter.

Em 1899 foi fundada a Escola de Serviço Social Elvira Matte de Cruchagaem em Amsterdã na Holanda, sendo a pioneira no mundo. Na América Latina, a primeira escola foi criada em Santiago no Chile em 1925, pelo médico Alejandro Del Rio. E no Brasil, só em 1932 é que surge em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), sob o controle da igreja. As atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e para a difusão da doutrina social da Igreja católica.

A primeira semana de Ação Social do Rio de Janeiro em 1936 foi considerada como um marco para a introdução do Serviço Social, tendo como objetivo dinamizar a Ação Social e o apostolado laico, neste encontro aparece claramente o entendimento de uma política comum entre a igreja e o Estado, em relação ao proletariado, a igreja recomenda a tutela estatal para o operariado e o Estado reafirma o princípio de cooperação.

No Brasil, a primeira escola de serviço social surge em 1936 após um curso intensivo ministrado para moças ministrado pela Mademoiselle Adeleleneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas e como consequência da expansão da ação social da igreja católica e de práticas de assistência social marcadas pelo assistencialismo, de caráter fortemente caritativo e religioso.

2.1.1. ESTRUTURAÇÃO DAS PRIMEIRAS FACULDADES DE SERVIÇO SOCIAL

As escolas de Serviço Social surgem a partir da necessidade de uma formação teórica e uniforme, e eram exigidos como requisitos: Vocação e conhecimentos técnicos, mas o principal objetivo dessas escolas era formar profissionais com personalidade conservadora fundamentada na ideologia da igreja católica por meio de práticas assistencialistas.

Quando o ensino doutrinário perde a sua força, as escolas começam a se organizar para um novo tipo de ensino e começa uma preocupação com a formação profissional; A formação do assistente social consistia em quatro aspectos principais: Científica, Técnica, moral e doutrinária. A prática era elemento essencial para a formação, nesse ponto se formaria a mentalidade; A moral era a visão do conjunto de verdadeiras normas e de como agir de forma individual ou grupal; A científica era composta pelo conhecimento do homem da sua vida física, social, econômicas, moral e científica; E a técnica ensinaria a combater os males sociais. Quanto ao aspecto científico e técnico, os programas da época deixavam a desejar, pois havia uma carência de objetividade e coerência.

A primeira Escola de Serviço Social do Brasil nasceu em São Paulo do Centro de Estudos e Ação Social- CEAS. O Centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho, de 1º de abril a 15 de maio de 1932. O curso foi dirigido por Mademoiselle Adeleleneaux, professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas, e a finalidade básica do CEAS é “o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social dentro da mesma diretriz”. O CEAS coordenará a instalação da Ação Católica em São Paulo, sob a orientação de D. Duarte Leopoldo e Silva. Por lógica, as militantes do centro passam também a participar da Ação Católica e dela recebem toda a sua formação.

Após a organização da Ação Católica, o CEAS deixa a direção da Ação Católica para se preocupar com a organização da Escola de São Paulo, e envia para a Bélgica duas moças, para cursarem a escola de Serviço Social e quando voltaram agilizaram a implantação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, que se instala em 15 de fevereiro de 1936. Um dos motivos para a implantação da escola foi à necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica.

A segunda escola de Serviço Social do país foi implantada no Rio de Janeiro. O Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu Amoroso Lima foram os responsáveis por tornar a escola do Rio de Janeiro uma realidade, eles enfatizavam a necessidade da formação social, para que exista vocação social, é preciso uma formação social. E é com base nesta idéia que a Ação Católica vai desenvolver uma programação de ² “Semanas Sociais”, com cursos de formação e outras atividades fundamentadas na Doutrina Social da Igreja.

As Semanas Sociais nascem na Europa como um dos instrumentos utilizados para a formação social dos católicos. Já no Rio de Janeiro as Semanas Sociais nasceram através do Grupo de Ação Social do Rio de Janeiro, fundado em 15 de junho de 1936. Além destas semanas citadas, outras também foram organizadas:

- ✓ Recife em 1939
- ✓ São Paulo em 1940
- ✓ Salvador em 1946
- ✓ Recife em 1948
- ✓ Belo Horizonte em 1949 ou 1950
- ✓ Curitiba em 1951.

² No Rio de Janeiro podemos destacar a realização de Semanas de Ação Social de 16 à 19/08/1936 e de 08 à 14/11/1937.

Em junho de 1937 é fundado no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, que tinha como objetivos: “Formar entre as mulheres, de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal”. Formar assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que atuassem no âmbito familiar ou profissional como elementos de correção das anomalias sociais, de renovação pessoal e católica.

A fundação da escola do Rio de Janeiro contou com uma equipe da Congregação das Filhas do Coração de Maria vindas da França e que chegou ao Brasil em abril de 1937. Por estarem ligadas à experiência social cristã no seu país, acabaram por influenciar o desenvolvimento da escola nessa perspectiva.

Até 1950 a maioria das escolas tiveram a influência direta da Igreja Católica, a exemplo de:

- ✓ Natal
- ✓ Belo Horizonte
- ✓ Porto Alegre
- ✓ Escola Masculina do Rio
- ✓ São Paulo.

Em Porto Alegre em 1944 acontece a V Semana de Ação Social, um evento organizado pelas lideranças intelectuais católicas em que se debatiam “os problemas sociais contemporâneos”, a solidariedade e a justiça social... E que foi de extrema importância para implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Neste evento foram discutidos assuntos ligados às instituições sociais mantidas pelas organizações católicas, as propostas de trabalho desenvolvidas junto às instituições assistenciais realizadas pelos assistentes sociais, formados pelas Escolas de Serviço Social de São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi a partir da V Semana de Ação Social, que passou-se a discutir a possibilidade de fundar em Porto Alegre, junto às Faculdades Católicas uma escola que formasse pessoal para a nova profissão, o Serviço Social. E em 25 de março de 1945 é fundada a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, vinculada às Faculdades Católicas.

Os primeiros profissionais formados pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre assumiram o risco e o desafio de construir no Estado, a profissão de Serviço Social, uma atividade leiga, secular, com uma preocupação humanista de justiça social. Para a adoção dessa postura, foi importante a contribuição do pensamento filosófico e político de Jacques Maritain, neotomista, que na época exercia notável influência no catolicismo brasileiro e mundial, com suas teses sobre o humanismo integral (MARITAIN, 1936).

Os assistentes sociais gaúchos das primeiras turmas, assumiram a missão de promover mudanças nas ações assistenciais do Estado, com o objetivo de ganhar visibilidade e reconhecimento de uma profissão que antes era exercida basicamente por voluntários ou pessoas sem uma qualificação específica para assumir a profissão. Com os avanços das ciências humano-sociais e a introdução de uma “visão social” nas demais profissões, com as quais o assistente social interagiam no exercício profissional a situação foi se modificando. Com uma atuação cada vez mais eficiente em áreas psicossociais, econômicas e políticas, surge a necessidade de unir forças no sentido de formar equipes interdisciplinares, em que o assistente social foi, compartilhando com os demais profissionais “um mesmo corpo de conhecimentos, derivados das ciências sociais e do comportamento” (FALCÃO, 1977, p.18), tendo muitas vezes que fazer uso de métodos e técnicas de intervenção semelhantes.

O reconhecimento da nova profissão crescia e o mercado de trabalho público e particular absorviam logo esses assistentes sociais, com essa conquista de espaço profissional, poucos anos depois já se registrava uma grande expansão do Serviço Social em território gaúcho. Em 1953 em

Porto Alegre, já havia Serviço Social organizado em 26 instituições sociais de Porto Alegre, nos mais distintos campos sociais como: Campo Médico (hospitais e centro de saúde), Institutos de Previdência, Associações de Assistência (SESI, SESC, LBA), Fábricas, Habitação, Educação (Serviço Social Escolar), Campo Jurídico, Penitenciário, Rural etc. Os egressos da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, se dispersaram entre os vários municípios gaúchos, os Estados de Santa Catarina e Paraná expandindo a profissão e possibilitando a abertura de novos campos de atuação profissional.

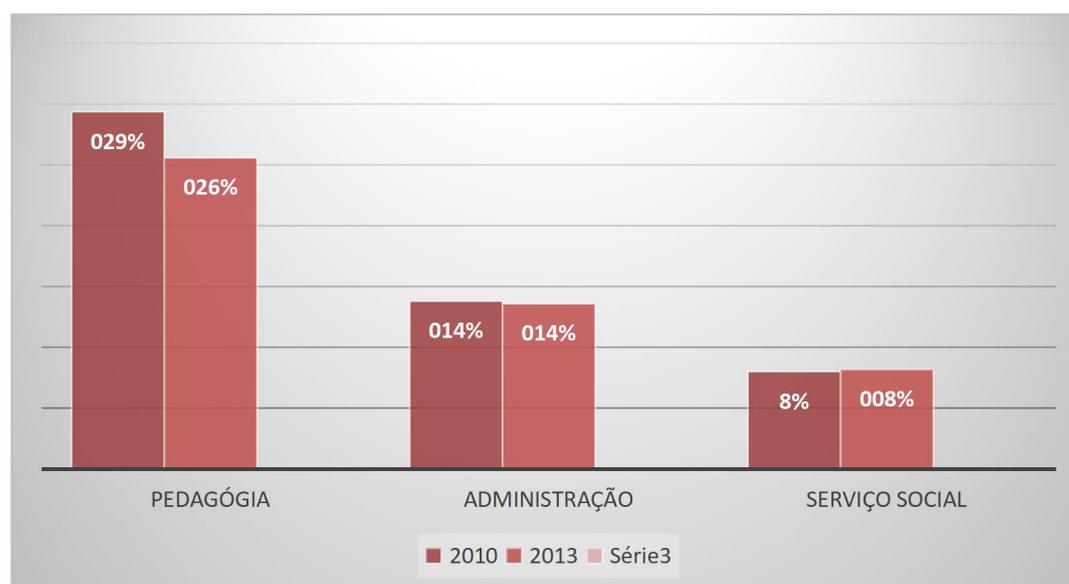
2.2. EXPANSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

A partir dos anos 1990 o Serviço Social passa por uma desenfreada explosão no processo de expansão do seu curso de graduação. Essa expansão acompanha o modelo do movimento expansionista do ensino brasileiro que passou a ser um meio lucrativo para a acumulação capitalista e que tem como características, cursos de graduação, em sua maioria privados e inseridos em instituições não-universitárias. Esse descompasso no crescimento acompanhou os interesses econômicos, sem levar em consideração a qualidade do ensino ofertado. (GOIN; JÚNIOR. 2013).

De acordo com Tobaldini e Coelho (CBAS 2013) entre 1930 e 2002, foram criados 123 cursos de Serviço Social em nosso país, e de 2003 a 2006 129 novos cursos de Serviço social foram criados no Brasil. A partir desses dados, fica claro que num período de 4 anos foram criados mais cursos de Serviço Social que ao longo de 72 anos. Segundo as autoras, é grande o número dos cursos de Serviço Social em instituições não universitárias, ou seja essas instituições não são obrigadas a estabelecer um processo de formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, entre 1990 e 2002, foram criados 52 cursos de Serviço Social no país, 35 desses faziam parte das Unidades de formação acadêmica (UFAS) não universitárias e 17 faziam parte das UFAS universitárias, destes 17 cursos, 3 são em instituições públicas, e 14 em instituições privadas. (TOBALDINI; COELHO, 2013).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, os cursos de Serviço Social na modalidade EAD tem tido uma oferta significativa em relação ao presencial na formação de assistente sociais com a abertura de vários polos nas capitais e interiores de todo território nacional.

Figura 01: MATRÍCULAS EAD NO BRASIL- 2010 E 2013



Fonte: INEP/MEC.

Elaboração: própria 2017.

O curso de Serviço Social na modalidade de educação à distância segundo os dados do INEP/MEC nos anos de 2010 e 2013 esteve entre os três maiores cursos de graduação em número de matrículas por modalidade de ensino no Brasil, ficando atrás apenas dos cursos de pedagogia e administração.

Isso mostra que apesar do EAD ser uma modalidade de ensino recente no país (autorizada a partir de 2005) se comparada com a presencial, o número de vagas do curso de Serviço Social ofertadas por ela entre os anos de 2010 e 2013 são bem maiores que as ofertadas no ensino presencial, e através desses dados estatísticos do INEP/MEC, percebemos que 8% das matrículas dos cursos superiores em EAD são de Serviço Social, testificando assim a expansão desta modalidade neste curso. Em 2013 houve um aumento no número de matrículas, saindo de 8,0% em 2010 para 8,2% em

2013 fazendo com que o curso de Serviço Social se mantivesse no terceiro lugar nas estatísticas em relação ao número de matrículas por modalidade de ensino no Brasil.

3. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Ao passearmos pela história da educação percebemos o quanto ela tinha um caráter elitista, seletivo e classista, como sintetiza Gennari (2003), o tipo de educação do indivíduo estava diretamente ligada a posição que ele ocupava na sociedade. O surgimento da educação formal está ligada a chegada dos portugueses no Brasil, dados históricos mostram que o Brasil foi colonizado pelos portugueses entre 1500-1822, neste período a educação era dividida em três fases:

A primeira fase que vai de 1549-1759, nessa fase predominava o ensino religioso dos jesuítas, nessa época eles instituíram duas categorias de ensino: O ensino simples que era destinado aos índios e filhos dos portugueses e o ensino médio que eram destinados aos meninos brancos que acabavam se formando em letras e baixáreis. Durante 210 anos a educação do nosso país era de responsabilidade dos jesuítas. Os padres tinham total poder sobre todo o setor educacional.

A segunda fase que vai de 1759-1808 com as reformas do período pombalino e a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal, que instituiu uma política que proibia o uso de outra língua que não fosse o português. Nesse período a educação passa a ser de responsabilidade do estado, e passa pela primeira reforma de ensino do país. Neste período surgem as escolas chamadas regias oficializando o ensino, e o subsídio literário que era um imposto destinado para manutenção do ensino primário.

E a terceira fase que vai de 1808-1821 chegada da corte Portuguesa ao Brasil, com a chegada da família real, a sede do reino é transferida e ocorrem mudanças significativas como a criação de alguns cargos de cadeira, escolas e faculdades visando suprir as necessidades educacionais da população.

O ensino brasileiro foi dividido em três níveis: Primário, Secundário e Superior.

3.1 A EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A educação brasileira é regulamentada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, que é responsável por definir, orientar e organizar programas educacionais, de acordo com o que determina a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1971, em vigor. Em 1992, uma lei federal transforma o Ministério da Cultura, em Ministério da Educação e do Desporto, mas só em 1995 passa a responder pela área da educação.

Já sob o regimento da nova Constituição Brasileira, o Projeto de Lei da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, que faz a regulação da oferta do ensino no país nos diferentes níveis, foi encaminhado à Câmara Federal, por iniciativa do Deputado Octávio Elísio, em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage, enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto. Em 1992, com o apoio do Ministério da Educação da época, parlamentares obstruíram projetos e logo o Senador Darcy Ribeiro apresentou um novo Projeto da LDBEN que acaba por ser aprovado em dezembro de 1996.

Essas conquistas tiveram influencias políticas do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que esteve a frente do Ministério entre os anos de 1995 a 2002, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Paulo Renato participou da criação e idealização de projetos importantes para a educação, como o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, meio que possibilitou o acesso de muitos brasileiros ao ensino superior, e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, substituído posteriormente pela Prova Brasil e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, sendo essa a primeira iniciativa de conhecer profundamente a qualidade dos sistemas educacionais, permitindo que os formuladores de políticas públicas recebessem informações sobre a qualidade do aprendizado no Brasil.

Ainda em 1996, o Ministério da Educação criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, esse fundo visava atender o ensino fundamental, com recursos vindos das receitas dos impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação, e esteve em vigor entre os anos de 1997 e 2006, sendo substituído posteriormente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que tinha como objetivo garantir a inclusão de recursos também para a educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos, pagamento de salários e formação de professores. Agora, toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passa a ser beneficiada com os recursos federais.

Projetos importantes foram desenvolvidos durante os governos dos Presidentes Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, no período de 2005 à 2012, quando Fernando Haddad esteve a frente do Ministério da educação, projetos como o Programa Universidade para todos- PROUNI, o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, substituiu o FUNDEF pelo FUNDEB, à regulamentação do piso salarial dos professores etc...

A ampliação da entrada e a garantia da permanência dos jovens no ensino superior é um desafio do governo, essa ampliação do acesso ao ensino superior é meta do governo federal, contemplada no Plano Nacional de Educação- PNE.

Com todas essas medidas o MEC pretende ampliar a taxa de matrícula dos jovens com idades entre 18 e 24 anos, no ensino superior. No Brasil os investimentos no ensino superior se aproximam dos valores investidos por países de primeiro mundo, demonstrando uma tendência do governo brasileiro de investir no nível superior em detrimento da educação básica, esses investimentos são necessários, porém, são igualmente fundamentais os mesmos cuidados com a educação básica.

Portanto, a melhoria na qualidade da educação básica é o caminho para aumentar o nível de escolaridade dos jovens que buscam o acesso ao ensino superior, possibilitando a eles condições de disputarem uma das vagas oferecidas pelas instituições públicas que na maioria das vezes são preenchidas por alunos que saíram mais bem preparados das escolas particulares. E, para além disso, se faz necessário oferecer condições para que esses consigam concluir a graduação.

3.2. IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A Educação Superior no Brasil surge de forma tardia em relação a outros países das Américas espanholas e Inglesas. O grande interesse de Portugal quando aportou em terras brasileiras eram a fiscalização e a defesa. Durante trezentos anos, as iniciativas educacionais que existiam partiam dos jesuítas e se davam numa perspectiva voltada para a catequese religiosa.

Os filhos dos grandes latifundiários e os altos funcionários da Igreja e da Coroa precisavam ir à Europa, principalmente a Coimbra para obter formação universitária. Somente com a chegada da família real em 1808 é que surge o primeiro interesse em se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro, mesmo assim não eram universidades, mas faculdades ou escolas destinadas à formação de profissionais, como médicos, advogados e engenheiros. Em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia, criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro.

Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na Escola Politécnica; o Decreto de 23/2/1808, que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica; e o Decreto de 12/10/1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes. Inicialmente, todos os cursos eram gratuitos e financiados com o “quinto da Coroa”, que era um imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das Colônias. (Revista da Católica, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010)

Para a época, esse modelo de ensino adotado no Brasil era um modelo avançado, criado por Napoleão na França após a extinção da Universidade de Paris. O seu objetivo era modernizar o ensino, de maneira que a formação de profissionais necessários ao Estado e à sociedade se incorporasse aos resultados do grande desenvolvimento científico que vinha ocorrendo na Europa desde o século XVIII. As universidades europeias tradicionais, direcionadas para as humanidades e a teologia, haviam deixado de ser uma força propulsora do conhecimento. No começo essas escolas eram laicas e submetidas diretamente à Coroa, ao contrário das universidades católicas da América Espanhola.

No mesmo ano de 1808, foi criado em Berlim um novo modelo de universidade, a qual além de incorporar ao ensino o saber científico produzido fora dela, mas era ela própria um centro de produção científica. A união entre ensino e pesquisa científica transformou o papel da universidade e lhe conferiu prestígio e reconhecimento, porque houve repercussão no desenvolvimento tecnológico e a tornou relevante para a economia e para o potencial industrial do país.

Entretanto o Brasil permaneceu preso ao sistema de escolas ou faculdades autônomas, voltadas para a formação profissional. No final do Império, não haviam mais que doze escolas destas espalhadas no território nacional.

Este sistema vai sofrer mudanças na Primeira República, quando as escolas deixaram de ser monopólio da Coroa e surge a oportunidade da criação de escolas “livres” – Daí dá-se o início do ensino privado no País. Nestas escolas já se produziam algumas pesquisas científicas, como por exemplo, nas escolas de Engenharia e de Medicina, mas elas ainda eram conhecidas basicamente como instituições de ensino.

As primeiras universidades brasileiras nascem na década de 1920 decorrentes do movimento de uma restrita intelectualidade nacional, com o objetivo de modernizar o sistema educacional, introduzindo no Brasil a revolução que já havia ocorrido no mundo desenvolvido no século XIX: a

união entre o ensino e a pesquisa científica que já existia em universidades européias e americanas. Porém como não havia universidades no País, era necessário criá-las.

As duas primeiras universidades foram criadas no governo Vargas na década de 1930, a Universidade de São Paulo, pelo governo estadual, e a do Rio de Janeiro, pelo governo federal. Com a criação das universidades o sistema educacional anterior fora mantido, mantendo suas marcas de origem: em primeiro lugar, as escolas de formação profissional permanecem com o grande peso da tradição de serem a referência básica para cursos superiores.

3.3 ALGUNS PONTOS SOBRE A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior brasileiro apesar de existir desde o período colonial, somente a partir do governo de Getúlio Vargas (1950-1954) é que se expande com a da criação de universidades federais públicas, gratuitas, instituídas por causa da expansão do ensino médio, e um conseqüente aumento da demanda pelo ensino superior, com o objetivo de qualificar um grande número de trabalhadores do país.

Com o golpe militar de 1964 e a consolidação da ditadura a educação sofre duas grandes reformas, em 1968 e em 1971, precedidas por acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) que daria ao Brasil apoio técnico e financeiro para implementação das reformas educacionais do país.

A reforma de 1968, conhecida como Reforma Universitária, trouxe mudanças para o ensino superior brasileiro, baseadas em estudos contidos no Relatório de Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (coronel da escola superior de Guerra), orientava que a organização da universidade tivesse moldes empresariais, voltados para a obtenção de lucro econômico e rápido atendimento das demandas do mercado educacional.

A reforma foi aprovada sob forte pressão política e possibilitou algumas mudanças: unificação do vestibular passando a ser classificatório; a junção das faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos; criação do sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina; estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico; instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso.

A reforma de 1971, voltada ao ensino fundamental e médio, aumentou os anos de escolarização obrigatória e priorizou a profissionalização tornando-a compulsória para o ensino de 2º grau, com o intuito de preparar bons profissionais para o crescente sistema produtivo brasileiro ao mesmo tempo em que despolitizava a classe estudantil e perpetuava os interesses do governo militar de manter-se no poder.

Uma nova reforma na educação brasileira foi iniciada no primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa reforma previa que o foco dos gastos públicos seria com o ensino médio e fundamental, deixando o ensino superior sob a responsabilidade das instituições privadas de ensino. Sobre as transformações do ensino superior no Brasil, Boschetti(2004) afirma que, “ segundo dados do censo do ensino superior divulgado pelo INEP no final de 2003, houve uma alta no crescimento desse nível de ensino no Brasil, esse fenômeno ocorre entre 1998-2003”.

Dentre as medidas políticas editadas pelo governo podemos destacar a instituição do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que serviu de guia da reforma administrativa. Com essa iniciativa, o governo tem a intenção de estabelecer as condições necessárias para à implantação de mudanças no aparato estatal com repercussões em todas as esferas da sociedade. As mudanças que serão realizadas no Ministério da Educação (MEC) ganham destaque no sentido de adequar à estrutura técnico-administrativa aos novos objetivos governamentais. A ideia principal seria a facilitação do desenvolvimento das ações no sentido de proceder uma ampla reforma no sistema educacional, reestruturação da máquina

burocrática e incentivação da sociedade civil no sentido de colaborar com o projeto de modernização do país.

As novas diretrizes se fundamentam na expansão da educação superior no setor privado. Nesse sentido as grandes mudanças promovidas pelo governo brasileiro ao longo das duas últimas décadas, principalmente no que diz respeito a reforma do ensino superior, se torna fundamental para a compreensão dos impactos provocados por essas mudanças na formação acadêmica e no mercado de trabalho.

No Brasil em meados dos anos 90 a educação no ensino superior passou por mudanças significativas nas suas diferentes perspectivas, tais como a Reforma Universitária – REUNI o Programa Universidade para todos – PROUNI, a ampliação do ensino privado, do ensino seqüencial e do Ensino a Distância – (EAD).

4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A EAD no Brasil no seu nascedouro - final do Séc. XVIII, registrou as primeiras experiências sendo estas consideradas ineficientes. E por serem vistas, no senso comum, como uma modalidade de educação de baixa qualidade, por serem a distância, eram destinada às pessoas que não tinham possibilidade de acessar ao ensino formal por questões sócio-econômicas.

Só a partir da segunda metade do Séc. XIX que elas se desenvolveram com êxito na qualificação e especialização da mão de obra para atender as novas demandas da industrialização e mecanização do processo de trabalho. E por esses motivos eram desenvolvidos cursos profissionalizantes a distância como, por exemplo,: cursos de corte e costura, taquigrafia, manutenção de rádios e televisões.

É no Séc. XX que a EAD alcança uma rápida expansão principalmente no ensino superior, havendo uma crescente implementação de práticas educativas pro TV como é o caso do Telecurso 2º Grau, que era ofertado em rede nacional de TV, dentre outros.

Atualmente a situação é bem diferente, e existe uma legislação específica que reorganiza, disciplina e autentica os cursos EAD autorizados pelo MEC, atribuindo a eles o mesmo valor dos cursos presenciais.

Todo esse contexto advém do processo de globalização e da intensificação do uso de tecnologias da informação pela sociedade. Chegando em definitivo ao campo e ao espaço educacional.

4.1. EAD: ORIGEM E DEFINIÇÃO

O contexto histórico da EAD no Brasil, tem início com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (posteriormente rádio do MEC) em 1923, por Roquete Pinto. Eram transmitidos em sua programação programas de literatura, de radiotelegrafia, de telefonia, de línguas, literatura infantil e assuntos de interesse comunitários, dando início a programas de EAD por rádio difusão.

Em 1936, começam a surgir programas direcionados a eletrônica, através do Instituto Rádio Técnico Monitor, mais tarde em 1941 foi fundado o Instituto Universal Brasileiro- IUB, que se tornou o maior difusor de cursos profissionalizantes, assim como foi um dos pioneiros na EAD em nosso país, dedicado, especialmente, a cursos de formação rádio técnicos à distância.

Ao longo do processo histórico da EAD no Brasil, podemos destacar o início dos anos 1960, com a Diocese de Natal- RN que criou as escolas radiofônicas, que deram origem ao Movimento de Educação de Base – MEB, cuja “preocupação básica era alfabetizar e apoiar os primeiros passos da Educação de milhares de jovens e adultos, principalmente da região Norte e Nordeste do Brasil. O projeto foi desmontado pela ação do governo pós 1964” (NUNES, 1992).

Nos anos 70, o destaque foi para o Projeto Minerva, vinculado ao Ministério da Educação, Fundação Padre Anchieta e Fundação Padre Landell de Moura (FEPAM), fundamentados na Lei nº 5.692 que enfatizava a educação de adultos. O projeto Minerva era transmitido em rede nacional, por emissoras de rádio e emissoras de televisão, e seu objetivo era preparar

alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial. Este programa foi implementando como uma solução a curto prazo para os problemas de desenvolvimento econômico do país, já que visava preparar mão-de-obra para fazer frente ao desenvolvimento e à competição internacional. Porém, foi alvo de duras críticas devido ao baixo índice de aprovação, cerca de 77% dos inscritos não conseguiam obter o diploma. Já em 1978, a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e a Fundação Roberto Marinho, fundaram o Telecurso 2º Grau, que utiliza programa de TV e material impresso vendidos nas bancas de jornais, com o objetivo de preparar os alunos para o exame supletivo.

Em 1991 deu início ao Programa Um Salto para o Futuro, em parceria com o governo Federal as Secretarias de Estaduais de Educação e a Fundação Roquete Pinto, este programa era destinado à formação de professores.

A partir de 1993, aumenta o número de congressos e seminários sobre EAD, atraindo um número grande de pessoas, passando a ser assunto obrigatório para os educadores.

E em 1995, o Governo Federal, cria a Subsecretaria de Educação a Distância. Nesse mesmo ano, é lançada a TV Escola, um programa nacional criado e coordenado pelo MEC. O objetivo do programa é o aperfeiçoamento, a valorização dos professores da rede pública e a melhoria da qualidade de ensino, através de um canal de televisão dedicado exclusivamente à educação. Em 4 de setembro de 1995, o programa foi lançado em caráter experimental, só passando a operar de forma definitiva a partir de março de 1996.

No contexto desse percurso histórico, passou-se pelo ensino por correspondência, pela transmissão radiofônica, e posteriormente televisiva. Os processos atuais na EAD fazem uso de novos meios tecnológicos: da telemática à multimídia da internet à telefonia móvel.

No Brasil, a educação a distância assumiu várias formas, mas a partir da década de 70 é que efetivamente ampliou-se a sua oferta com a tele-educação.

No final do século a EAD toma novo fôlego no sentido de buscar alternativas de garantir a educação inicial e continuada como direito de todos. Agora o grande desafio é garantir qualidade à EAD. O avanço das políticas públicas educacionais e as tecnologias de informação e comunicação têm um papel fundamental. Nessa perspectiva, surgem os ambientes virtuais de aprendizagens, com recursos que potencializam a interatividade nos processos educativos.

É importante ressaltar que a utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem por si só não garantem uma modificação da lógica da "transferência de conhecimento", é necessário que a proposta pedagógica definida para uso destes ambientes supere esta lógica da transmissão-recepção; já que estes espaços possuem como característica própria à interatividade, a possibilidade de interconexão entre sujeitos das diversas partes do globo, a troca de informações e a construção de trabalhos coletivos; eles fazem parte de um mundo sem fronteiras, com muitas possibilidades abertas a serem exploradas.

Nesse sentido a EAD é considerada uma estratégia educativa que se utiliza de recursos tecnológicos como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, oferecendo educação a setores ou grupos de pessoas que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares, promovendo a "quebra" da barreira espaço/tempo e a democratização do acesso possibilitando o acesso a qualquer pessoa, independentemente da idade, ocupação, tempo e lugar. Como consta no Decreto 5.622, de 19/12/2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores,

administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p.6)

A implementação da EAD acontece em meados dos anos 90, quando o governo Fernando Henrique Cardoso inaugura a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nº 9.394/96, que passa a se caracterizar a partir de um conjunto de legislações que financiam a Reforma do Ensino Superior e a abertura indiscriminada de empresas que ofertam serviços educacionais. A legislação que abre caminhos para a modalidade a distância no Brasil está embasada no seguinte artigo: "... Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (LDB nº 9.394/96)...".

4.2. A REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A EAD é uma modalidade de ensino que tem se expandido de forma gradativa nos últimos anos com promessas de ser a solução para muitos dos problemas educacionais. Já que ela apresenta possibilidades que não são encontradas no Ensino Presencial, como por exemplo, a dificuldade que muitos alunos têm para chegar aos centros de estudos, impossibilidade de estar num local e data específicos nos dias úteis, e o desenvolvimento da autonomia no aprendizado tão necessária a um país em desenvolvimento.

Para que a EAD tivesse o crescimento que alcançou até aqui, foram necessárias leis específicas que a colocam num mesmo patamar de qualidade de ensino das outras modalidades. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) foi um marco na EAD, porque a oficializou em todos os níveis educacionais: Básico, Educação de Jovens e Adultos- EJA, Especial, Profissional e Superior.

Com a LDB a EAD ficou assegurada por ter um status legal, o que por muitas vezes é questionado no país. Atrelada a essa legalidade compete ao Estado Federal o acompanhamento e execução de muitos trâmites

necessários à EAD, como por exemplo: credenciar instituições de ensino e registros de diploma e avaliação de qualidade, relacionados aos cursos à distância.

Para fortalecer ainda mais a EAD, em 2005, foi publicado um Decreto de nº 5.622, com 6 capítulos. Nesse surgiram novas obrigatoriedades até então inexistentes, como a necessidade de momentos presenciais em EAD para a: avaliação dos alunos, estágios em que forem necessários, defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas em laboratório, de acordo com cada curso.

Apesar de muitas críticas a essa exigência, essa obrigatoriedade deu um alicerce maior e mais firme à EAD, visto que antes de tal decreto muitas instituições de ensino não-confiáveis faziam avaliações como uma simbologia. Esses momentos de avaliação presencial fizeram muitas pessoas enxergarem a EAD com bons olhos, já que com esse tipo de avaliação mais tradicional e com maior peso na nota, o aluno tem que realmente estudar e construir um conhecimento.

Além disso, o contato presencial mesmo raro proporciona um estímulo ao aluno, visto que muitas pessoas temem a EAD justamente por se considerarem incapazes de construir um conhecimento de forma individual. Esses alunos na maioria das vezes têm uma deficiência em autonomia que é tão necessária a um aluno em EAD, porque vieram de uma Educação Presencial, na qual o sistema de ensino obriga um depósito de conhecimento pronto e estruturado para os discentes.

Além dessas leis foram publicadas portarias no Diário Oficial da União, como a portaria Normativa nº 2, de 10 de Janeiro de 2007(revogada). Tal portaria descreve normas para a avaliação e credenciamento de cursos na modalidade EAD de forma mais detalhada do que está descrito na LDB. Por exemplo, para ser credenciada uma universidade precisa se submeter às competências normativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES e autorização específica para funcionamento.

Essas exigências tem como objetivo impedir que faculdades não idôneas criem cursos visando só o lucro.

Essa portaria também dispõe sobre a importância e a destinação dos polos presenciais, que servem como um suporte físico tão necessário aos alunos que estão acostumados com uma educação presencial com hora e local determinados. Assim, o polo presencial é o local para a realização de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

As atividades administrativas são, por exemplo: Entrega e retiradas de documentos e as atividades pedagógicas podem ser avaliações presenciais ou aulas práticas em laboratório.

Em 03 de abril de 2001, a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós graduação lato e stricto sensu, assim como outras normas que vão surgindo em resoluções para orientar os órgãos e instituições interessados em EAD.

Segundo o Núcleo de Educação à Distância - Nead a EAD está assegurada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394/96, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2005 que revogou vários decretos.

Ainda que existam muitas críticas à algumas leis por estas imporem certos limites a gestores e implementadores dos cursos, não há como negar que tais leis beneficiaram o crescimento em EAD, uma vez que tudo que é novo é alvo de desconfiança por parte dos cidadãos. Assim, as leis, decretos e resoluções dão um caráter de seriedade para a modalidade atraindo a atenção das pessoas e credibilidade de muitos alunos.

Apesar de todo crescimento na EAD e os benefícios já obtidos são necessárias mais leis que amparem essa modalidade tão importante para o crescimento do nosso país, por seu caráter democrático dentre outros aspectos, pois há um longo caminho a se percorrer quando se trata de EAD.

4.3. FORMALIZAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA MODALIDADE EAD

A EAD é uma modalidade de ensino que possibilita o aprendizado planejado entre professores e estudantes em espaços que ocupam os mais diferentes espaços, mas conectados através da Internet.

Para ofertarem esse tipo de ensino as instituições precisam de uma autorização amparada pela LDB 9394/96. Porém foi a partir do Decreto 5.622 sancionado em 19 de dezembro de 2005, que normatiza e define as competências e responsabilidades para as instituições e seus discentes, garantindo efetivamente a implantação dos cursos de nível superior de bacharelados, licenciaturas e tecnológicos por instituições devidamente credenciadas junto ao Ministério da Educação- MEC, órgão responsável pela autorização e fiscalização dos cursos nas instituições de ensino superior.

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social têm por base o currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS, aprovado por Parecer da comissão de especialistas de Ensino de Serviço Social do MEC de 6 de fevereiro de 1999, e as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Parecer CNE/CES n. 492, de 3 de abril de 2001 e Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002.

Os referenciais exigidos pelo MEC de acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CONSEPE de número 558/2006 de 25 de setembro de 2006 que autoriza o funcionamento do curso, com carga horária e disciplinas equivalentes aos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior pública e particular no Brasil, mostram a relevância desses pressupostos na composição do currículo do curso de serviço social, tornando clara a preocupação da formação do profissional em Serviço Social que esteja apto a atender a demanda dos serviços na contemporaneidade, previsto nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS

A mercantilização e a precarização na formação profissional são reflexos neoliberais que o curso de Serviço Social tem sofrido. Nesse sentido Iamamoto traz algumas contribuições para elaboração de um currículo mínimo no curso de serviço social atualmente.

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da abordagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social. No balanço da formação profissional feito pela ABESS, tendo em vista a formulação do currículo mínimo, no cenário das dificuldades hoje presentes, foram identificadas três armadilhas das quais a categoria se viu prisioneira nos últimos anos – o teorismo, o politicismo e o tecnicismo - sobre as quais é preciso refletir. Mas antes, faz-se necessário elucidar os pressupostos em que se baseou a procura de firmar novos pilares para o exercício profissional e os desvios de rota verificados (IAMAMOTO, 2008, 52-53)

Aproximadamente 80% das matrículas do curso de Serviço Social, tanto na modalidade EAD quanto nos cursos presenciais estão na esfera privada, a partir dessa observação constatamos a expansão do processo de mercantilização e precarização na formação profissional de graduação em Serviço Social no Brasil.

Essa expansão da formação em Serviço Social já produziu algumas mudanças no perfil dos profissionais que estão adentrando no mercado de trabalho na Bahia, o que vem chamando atenção do CRESS, tornando foco de atuação e fiscalização desses dentro da sua prática de atuação.

O curso de Serviço Social EAD, atravessa vários problemas como: as apostilas com conteúdos vagos e fragmentados, carga horária presencial insuficiente, ausência de bibliotecas, ausência de supervisão direta de estágio, contrariando a legislação, e inclusive avaliações finais não presenciais de múltipla escolha, ficando claramente perceptível a falta de comprometimento com o aluno.

Essa precariedade da formação vai se notada a partir do momento o profissional ingressar no mercado de trabalho e tiver contato direto com o usuário. Reflexo de uma formação fragmentada, mercantil e tecnológica, sem

a dimensão investigava, crítica e a interdisciplinar do conselho federal de serviço social, 2010 - CEFESS.

A explosão na expansão dos cursos de graduação à distância no Brasil hoje tem sido uma das grandes preocupações dos debates promovidos pelas entidades organizativas do Serviço Social: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social- CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social- ENESSO.

A discussão nos eventos realizados em níveis nacional e regional, organizados pela categoria profissional, expressa como eixo central a defesa de uma formação profissional de qualidade.

4.4 A REALIDADE NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS

O Município de Cruz das Almas está situado no Recôncavo da Bahia, há 146 km de distância da Capital Bahiana, Salvador. Segundo dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) a população de Cruz das Almas no último censo demográfico, era 58.606 habitantes e hoje está estimada em 64.932 habitantes em (2017).

Cruz das Almas foi o primeiro município do Recôncavo da Bahia a ter uma escola de ensino superior, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) estando a Reitoria sediada nesse município com dois centros: O CCAAB - Centro de Ciências Ambientais Agrárias e Biológicas e o CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.

Quadro1: Instituições de Ensino Superior em Cruz das Almas/Ba - 2018

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	CRIAÇÃO	QUANTIDADE DE TURMAS FORMADAS	QUANTIDADE DE TURMAS EM CURSO
FAMAM	PRESENCIAL	2015.2	ZERO	ZERO
FAESF	EAD	2017.1	ZERO	UMA TURMA INICIADA EM 2018.1

FDP II ³	EAD	POLO NÃO INSTALADO	ZERO	ZERO
FBBR	PRESENCIAL	2016.2	ZERO	ZERO
UNOPAR	EAD	2017.1	DEZ TURMAS	OITO TURMAS
UNIFACS	EAD	2013.1	UMA TURMA	TRÊS TURMAS

Fonte: MEC/ www.emec/mec

Elaboração: própria 2018

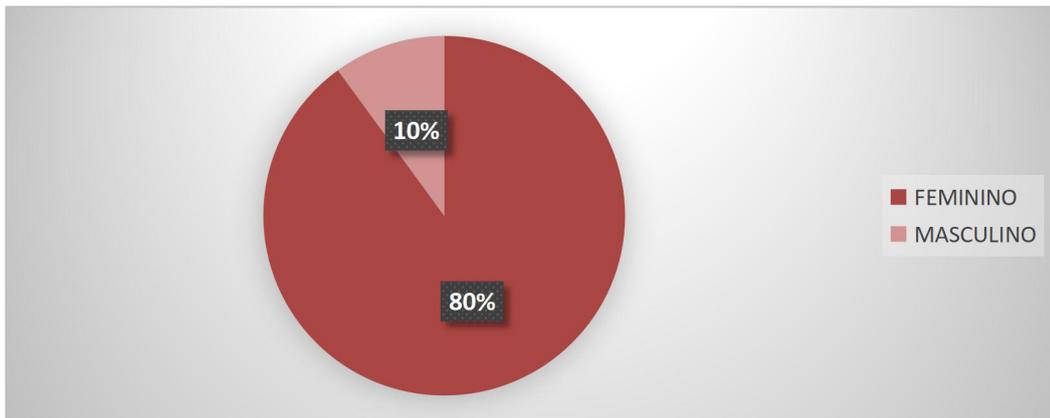
Segundo dados do MEC, hoje o município de Cruz das Almas, conta com oito instituições de ensino superior, sendo uma pública e sete privadas, dessas instituições seis possuem o curso de bacharelado em Serviço Social, sendo que quatro delas ofertam o curso de serviço social na modalidade EAD.

Segundo informações da coordenadora pedagógica, o polo da UNOPAR em Cruz das Almas foi implantado no município em 2004 e o curso de Serviço Social começou a ser ofertado em 2007.1 de acordo com a portaria 225 de 28/06/2011 publicada no Diário oficial de 29/06/2011.

Com o propósito de analisar o processo de expansão do curso de Serviço Social na modalidade EAD, foram aplicados questionários e do universo pesquisado se configurou na amostragem de 10 entrevistas entre egressos e alunos do 7º período do curso de serviço social do polo UNOPAR em Cruz das Almas, além de três docentes/tutores, um(a) coordenador(a) pedagógico, um(a) coordenador(a) geral do polo e de acordo com os discentes/alunos e egressos pesquisados:

Gráfico 01 : GÊNERO DECLARADO

³Informação retirada do site do MEC - www.emec/mec . E confrontada com a Instituição através de contato telefônico.



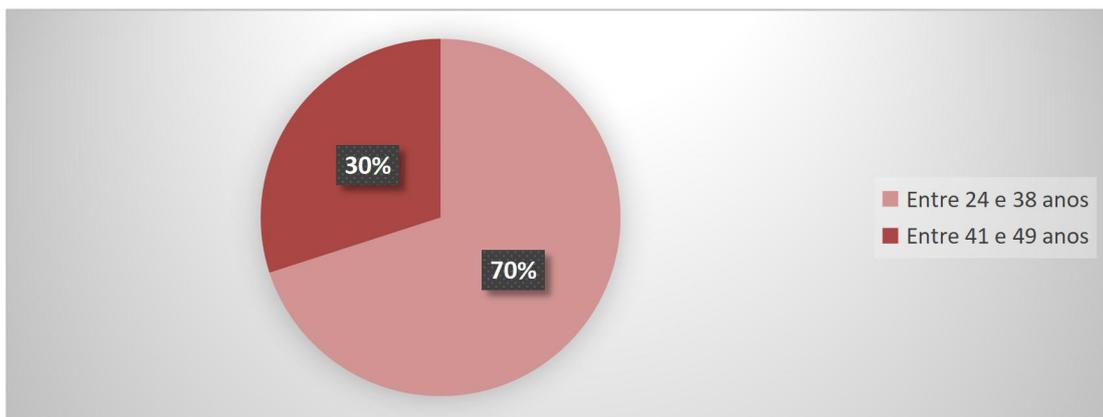
Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018.

Verificou-se que 90% dos pesquisados são do sexo feminino e 10% do sexo masculino, fato este que revela o predomínio daquele na profissão, a qual é marcada, historicamente, pela figura feminina, como pode-se observar na citação a baixo:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da retificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172)

Esse resultado converge com os dados apresentados no site do CFESS, onde evidencia a maioria dos profissionais de serviço social do sexo feminino.

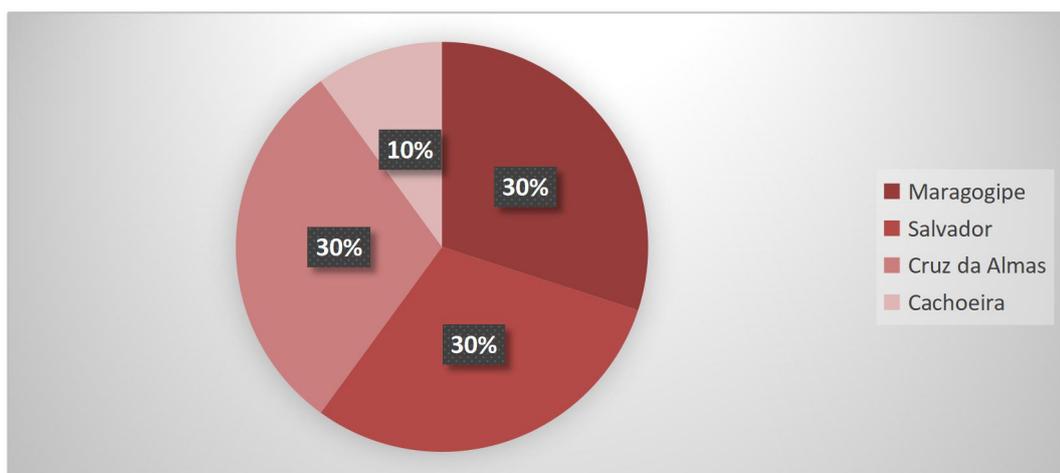
Gráfico 02: IDADE DECLARADA



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018.

Da totalidade da amostra dos discentes/alunos e egressos, 70% estão numa faixa de idade entre 24 e 38 anos e 30% estão numa faixa de idade entre 41 e 49 anos, demonstrando que ainda é significativo o número de pessoas que passam dos 20 anos sem ingressarem no ensino superior. A faixa de idade de estudantes EAD é diferente em relação aos alunos de graduação presencial, pois na maioria das vezes, os alunos de cursos superiores a distância são pessoas que não tiveram oportunidade de cursar o ensino superior logo após a conclusão do ensino médio, são chefes de família e ou já estão inseridos no mercado de trabalho. E a EAD permite ao aluno conciliar a sua rotina de estudos aos seus horários disponíveis.

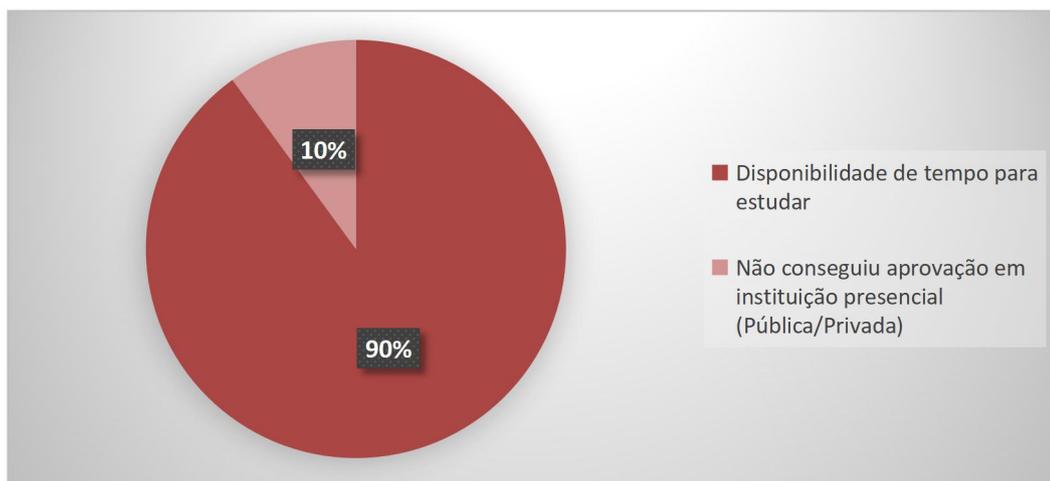
Gráfico 03: NATURALIDADE DECLARADA



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

Em relação a naturalidade 30% afirmam ter nascido em Maragogipe, 30% em Cruz das Almas,30% em Salvador e 10% afirma ter nascido em Cachoeira todos municípios do Estado da Bahia.

Gráfico 04: MOTIVAÇÃO DE ESCOLHA PELO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EAD

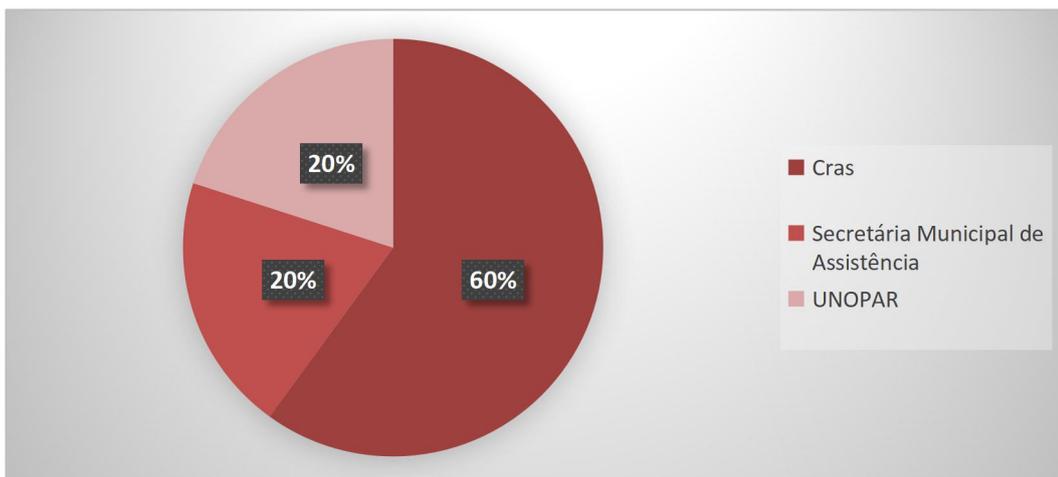


Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

A falta de tempo para cursar o ensino superior na modalidade presencial foi o motivo principal, apontado por 90% dos entrevistados, que levaram a optar pelo ensino a distância. A modalidade de ensino à distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que possibilita o aprendizado à pessoas que não tem muita disponibilidade de tempo e horários, em aprender com ajuda de meios tecnológicos, onde alunos e professores estão separados fisicamente.E 10% afirma ter optado cursar numa faculdade EAD por não ter conseguido passar numa faculdade presencial.

Sobre a opção pelo curso de serviço social é importante salientar as seguintes falas: “Para trabalhar na saúde”; “Por afinidade”; “Por indicação de amigos” e “Porque não estava passando em nenhum outro curso público ou privado presencial”.

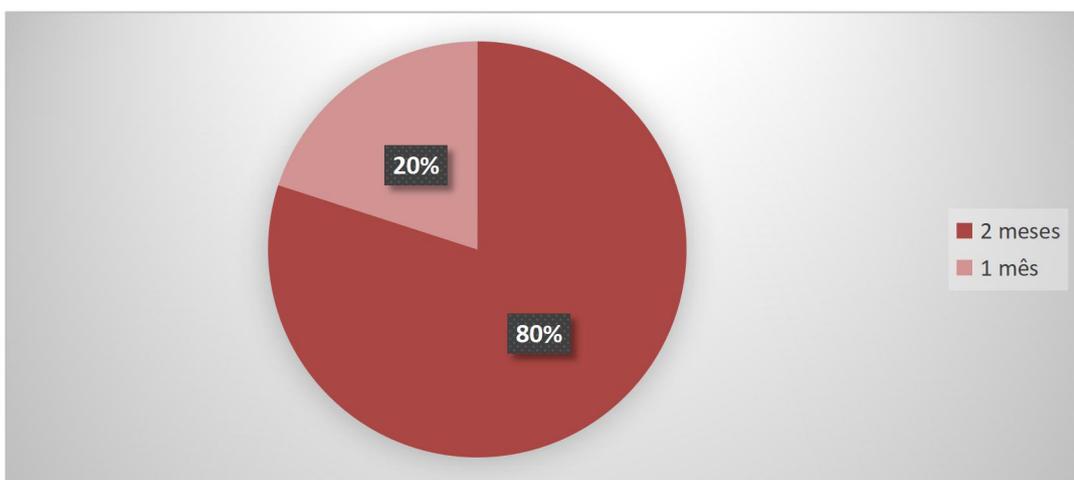
Gráfico 05: CAMPO DE ESTÁGIO



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

Com relação ao campo de estágio 60% dos egressos afirmaram ter estagiado em Centro de Referência de Assistência Social CRAS, 20% em Secretária Municipal de Assistência, 20% numa instituição de ensino superior- UNOPAR.

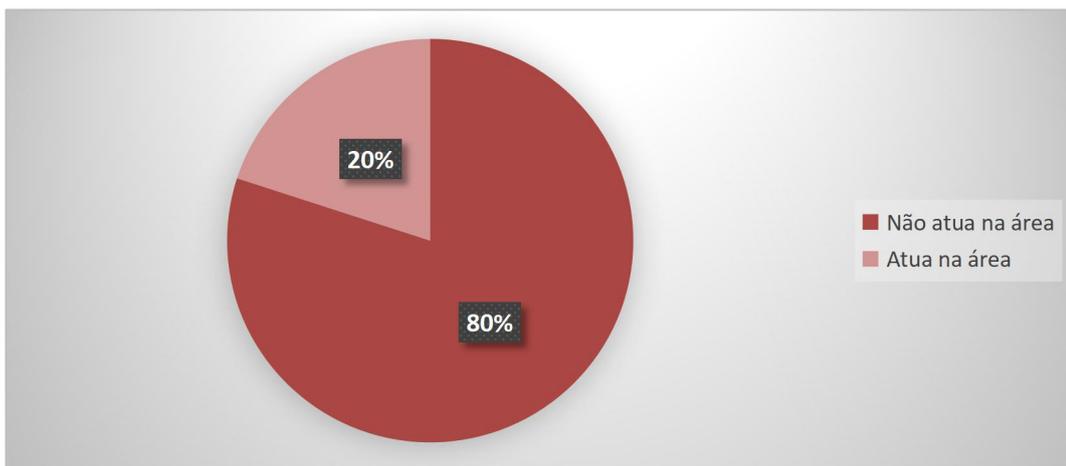
Gráfico 06: TEMPO DE DURAÇÃO DO ESTÁGIO



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

Sobre o período de estágio 80% afirmam que fizeram estágio em dois meses e apenas 20% afirma ter concluído o período de estágio em um mês.

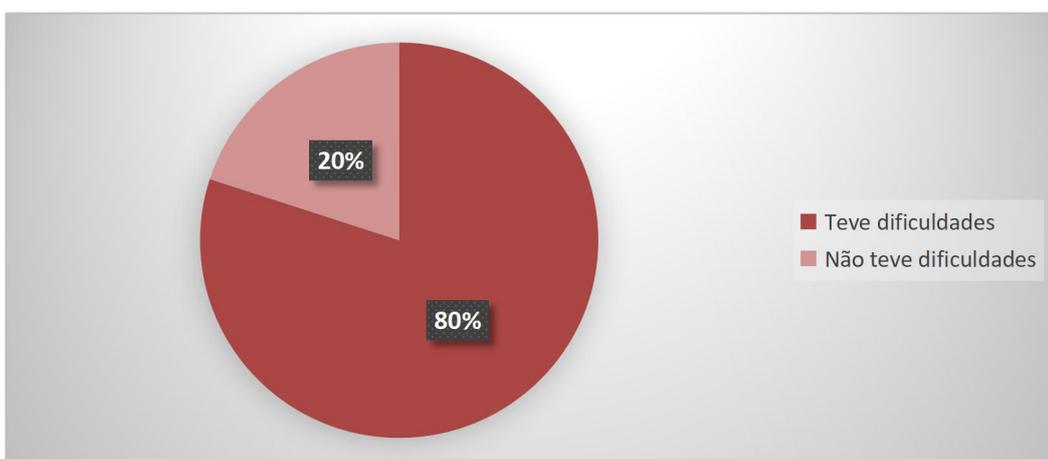
Gráfico 07: ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

Do universo dos entrevistados 80% declararam não estar atuando na área e 20% declara estar atuando na área e 80% afirmam ter tido dificuldades para ingressar ao mercado de trabalho enquanto 20% afirma que não teve dificuldades em ingressar ao mercado de trabalho.

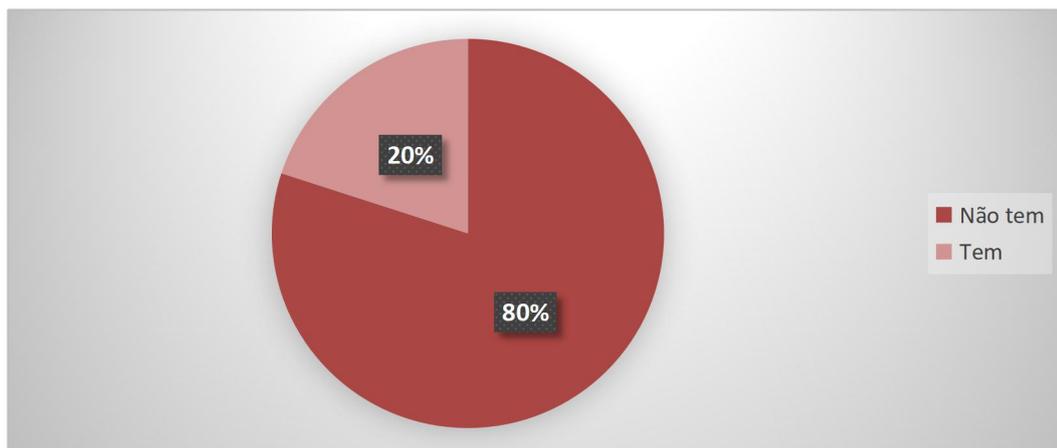
Gráfico 08: INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

Quando perguntado sobre o mercado de trabalho, 80% afirmaram ter tido dificuldades para ingressar ao mercado de trabalho enquanto 20% afirma não ter tido dificuldades em ingressar ao mercado de trabalho.

Gráfico 09: REGISTRO NO CRESS



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

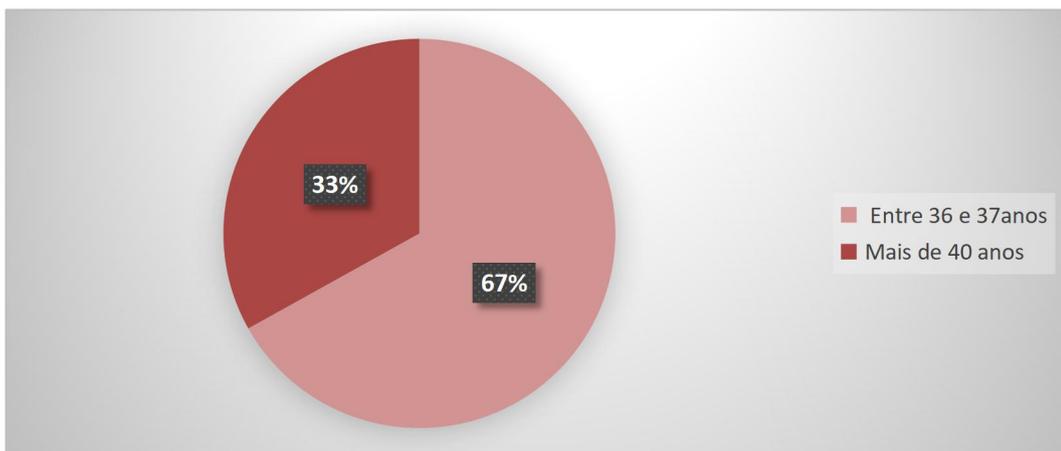
Quando perguntado sobre o registro junto ao conselho que representa a categoria profissional - CRESS e adiplência com a anuidade, condição essencial para a atuação profissional, 80% dos egressos afirmam que ainda não possuem o registro no CRESS e 20% dos egressos afirma que já efetivou registro no CRESS, e está adiplente com a anuidade.

Foram aplicados também questionários com os docentes/tutores, o tutor é um profissional responsável por assessorar um grupo de alunos no processo de ensino-aprendizagem na EAD.

Os tutores são geralmente contratados em função de sua formação na disciplina que está sendo oferecida, mas isso não é tão fundamental, pois são solicitados a —oferecer o suporte sem ensinarll. Pois, o tutor não é visto com a função de um professor. Seu papel consiste, sobretudo, em entrar em comunicação com cada estudante, individualmente, e agir como guia, como suporte à aprendizagem dos estudantes. (PRETI, 2003, p. 5).

E do universo pesquisado se configurou na amostragem de 3 entrevistas e de acordo com os pesquisados:

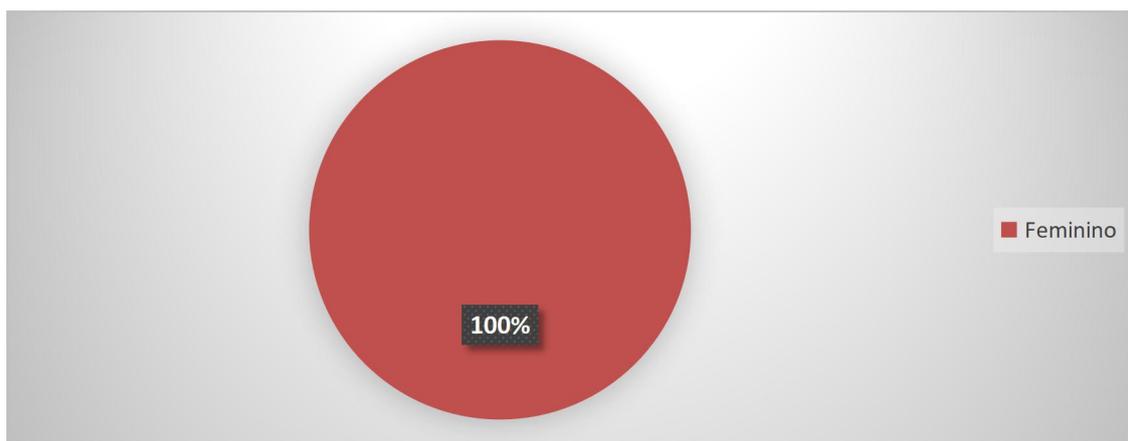
Gráfico 10: IDADE DECLARADA



Fonte:Elaboração própria - pesquisa aplicada - 2018

De acordo com o número de tutores pesquisados 67% afirmam ter entre 36 e 37 anos e 33% mais de 40 anos.

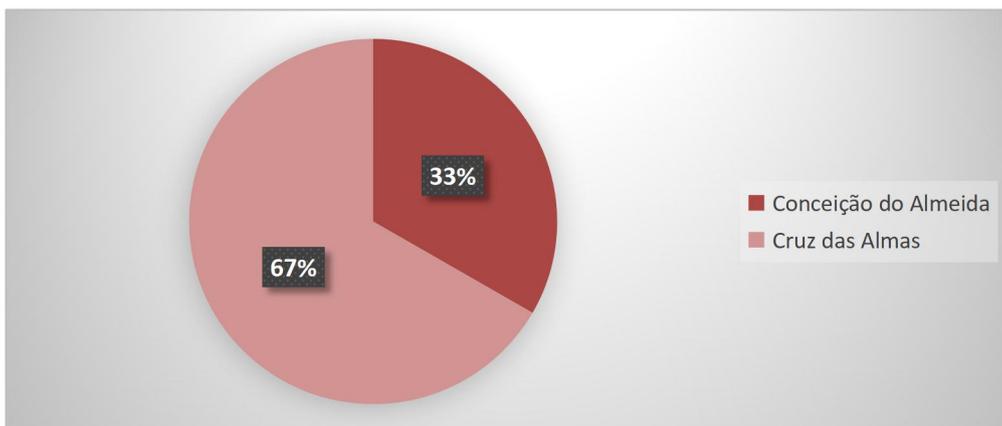
Gráfico 11: GÊNERO DECLARADO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Verificou-se que 100% dos tutores pesquisados são do sexo feminino, reafirmando o predomínio da figura feminina na profissão.

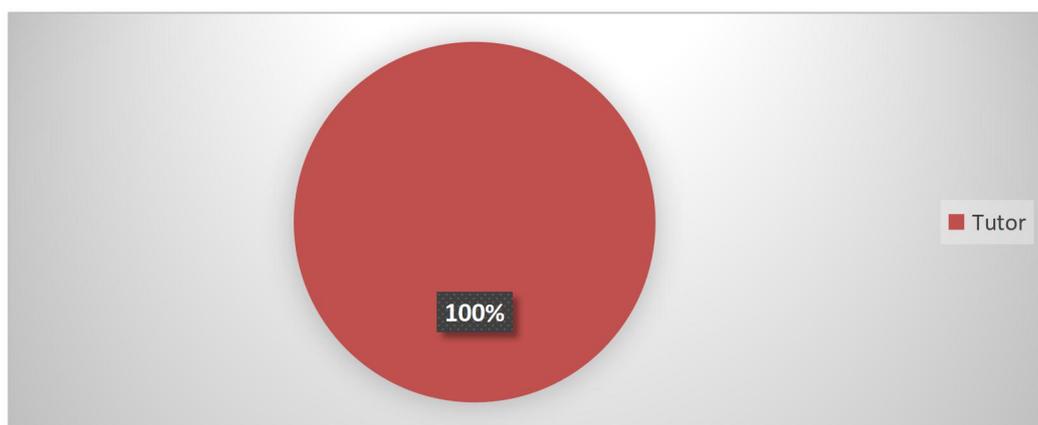
Gráfico 12: NATURALIDADE DECLARADA



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Em relação a naturalidade 67% declararam ter nascido em Cruz das Almas e 33% em Conceição do Almeida, todos municípios da Bahia.

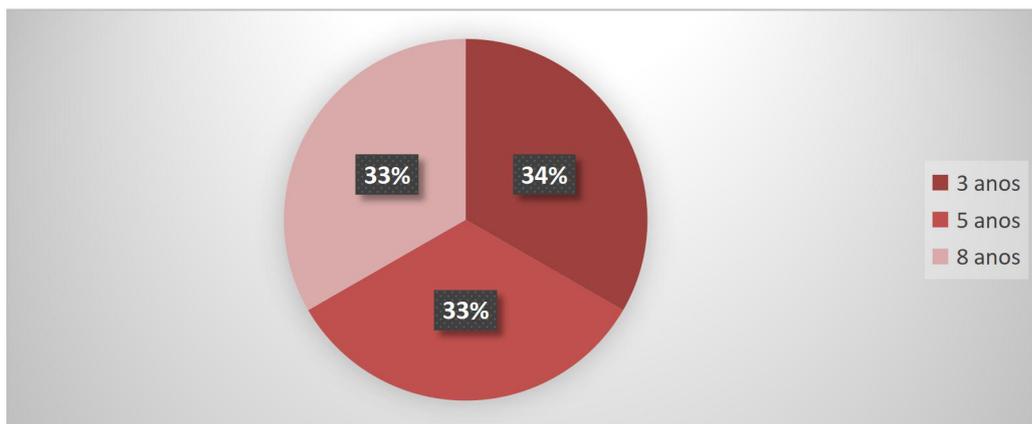
Gráfico 13: CARGO/FUNÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Com relação a função desempenhada na instituição 100% dos entrevistados afirmaram que exercem a função de Tutor.

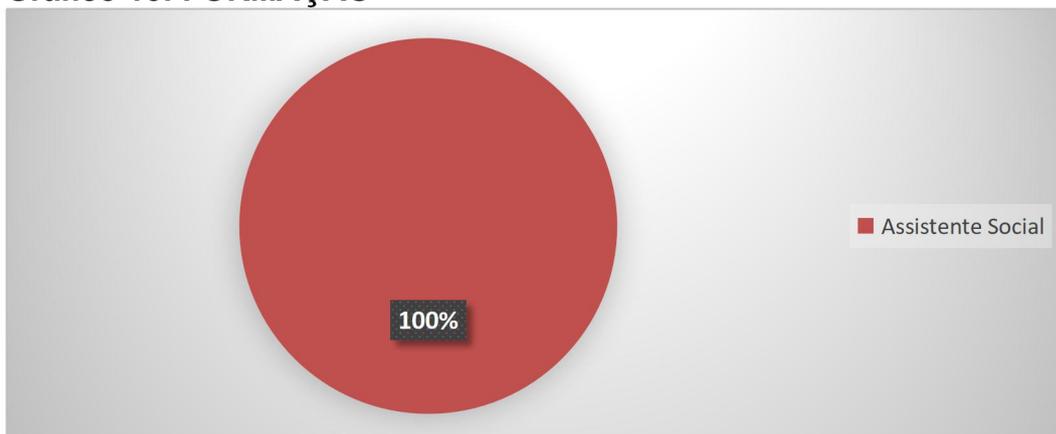
Gráfico 14: TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Da totalidade dos tutores entrevistados 33% afirmou que já trabalha na instituição a 8 anos, 33% a 5 anos e 34% a anos.

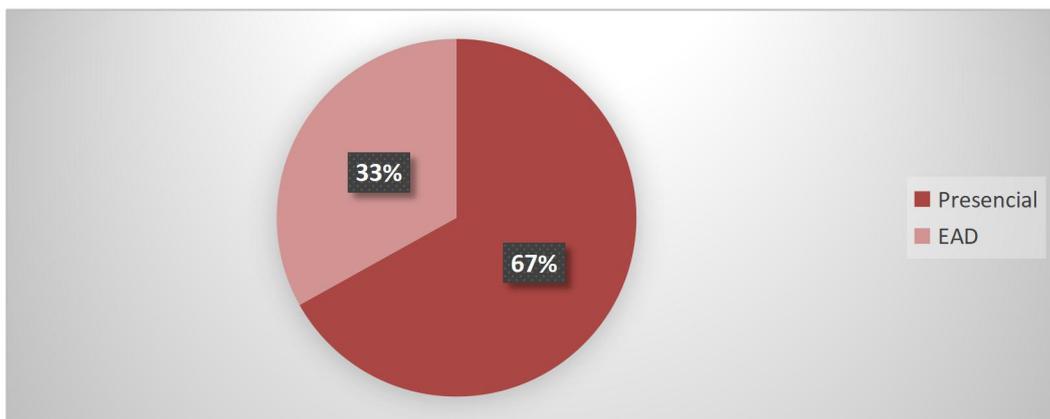
Gráfico 15: FORMAÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Sobre a escolaridade 100% dos tutores entrevistados afirmaram ser graduados em Serviço Social.

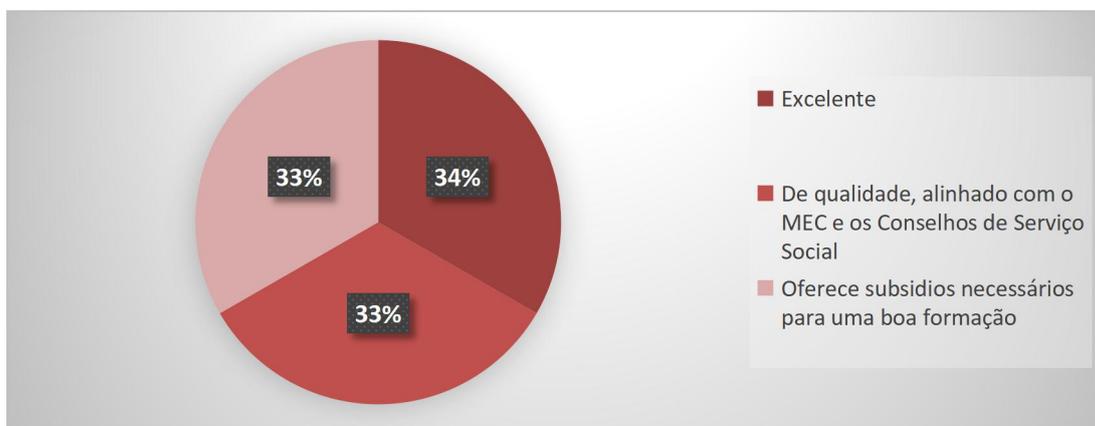
Gráfico 16: MODALIDADE DE FORMAÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Com relação a modalidade da graduação 67% dos entrevistados declararam que cursaram numa instituição presencial e 33% na modalidade EAD.

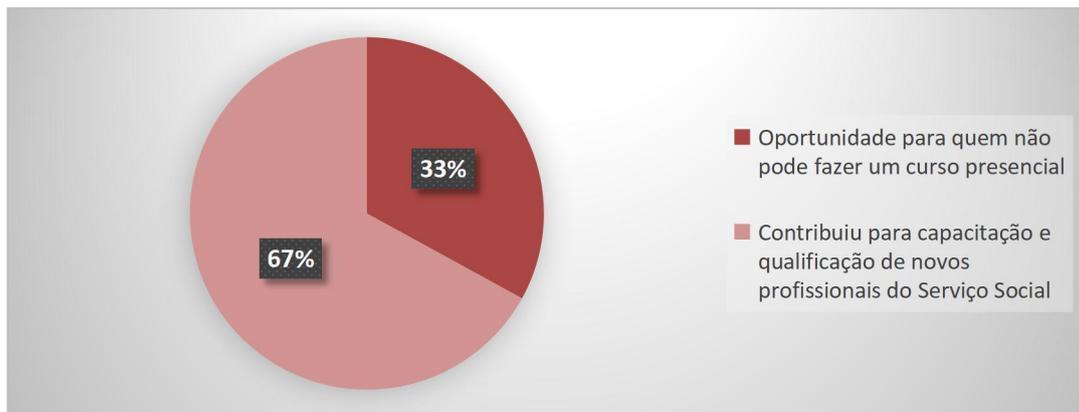
Gráfico 17: AVALIAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL- UNOPAR- POLO CRUZ DAS ALMAS



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Dos tutores entrevistados 34% avalia o curso de Serviço Social EAD da UNOPAR polo Cruz das Almas como excelente, 33% declara que o curso é de qualidade e está alinhado com o MEC e os conselhos de Serviço Social e 33% afirma que o curso oferece subsídios necessários para uma boa formação.

Gráfico 18: CONTRIBUIÇÃO DA UNOPAR PARA O MERCADO DE TRABALHO LOCAL/ REGIONAL

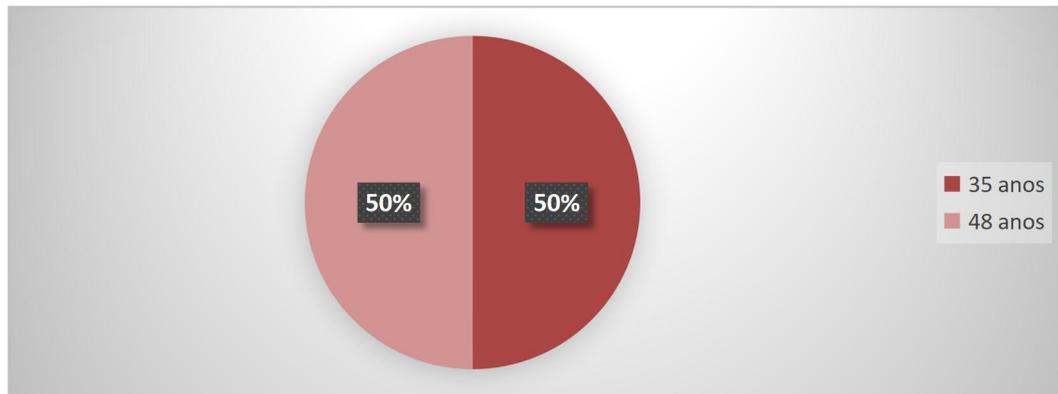


Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Quando perguntado sobre a contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/ regional, da totalidade dos tutores entrevistados, 33% declara que a UNOPAR contribui trazendo oportunidades para quem não pode fazer um curso presencial, 67% diz que a contribuição é no sentido de capacitar e qualificar novos profissionais do Serviço Social.

Se fez necessário a elaboração de questões específicas para serem aplicadas com a coordenação do curso de Serviço Social da UNOPAR, porém até a estruturação básica do curso como é o caso da coordenação é feita a distância e nos polos temos a presença do coordenador do polo e a coordenação pedagógica, que são subordinados a coordenadora do curso fica em Londrina- PR . Do universo pesquisado se configurou na amostragem de 2 entrevistas e de acordo com os resultados:

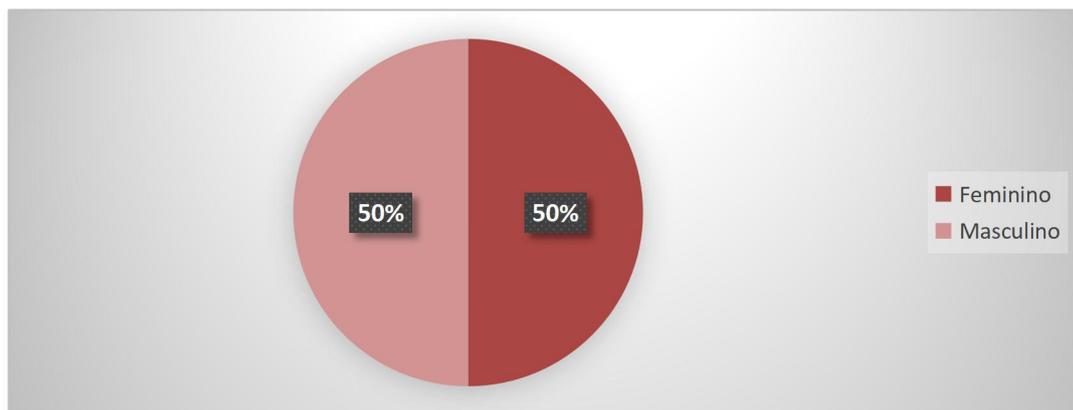
Gráfico 19: IDADE DECLARADA



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Dos entrevistados 50% afirma ter 35 anos e 50% afirma ter 48 anos.

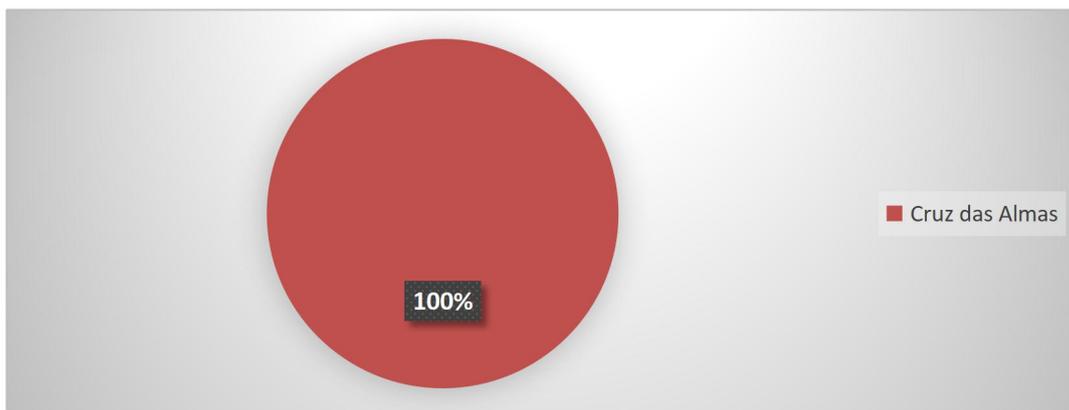
Gráfico 20: GÊNERO DECLARADO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Entre os coordenadores entrevistados 50% declara ser do sexo feminino e 50% do masculino.

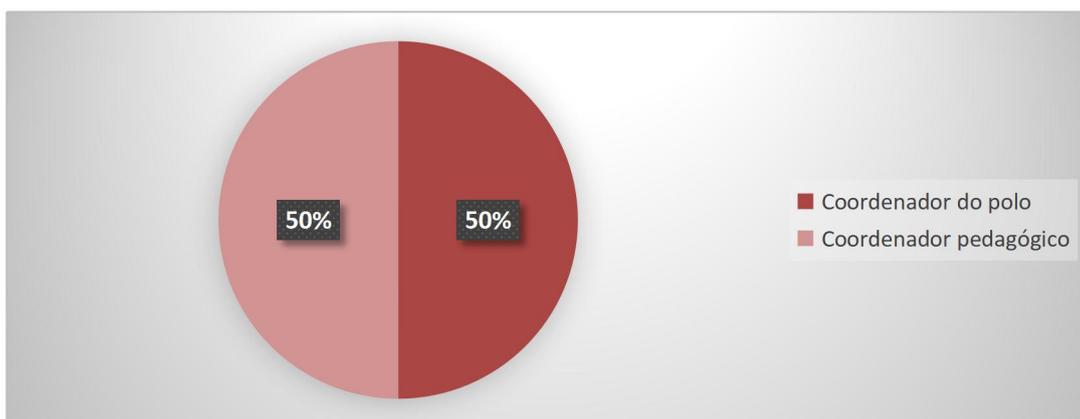
Gráfico 21: NATURALIDADE DECLARADA



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Da totalidade dos entrevistados 100% afirmam ter nascido no município de Cruz das Almas no Recôncavo bahiano.

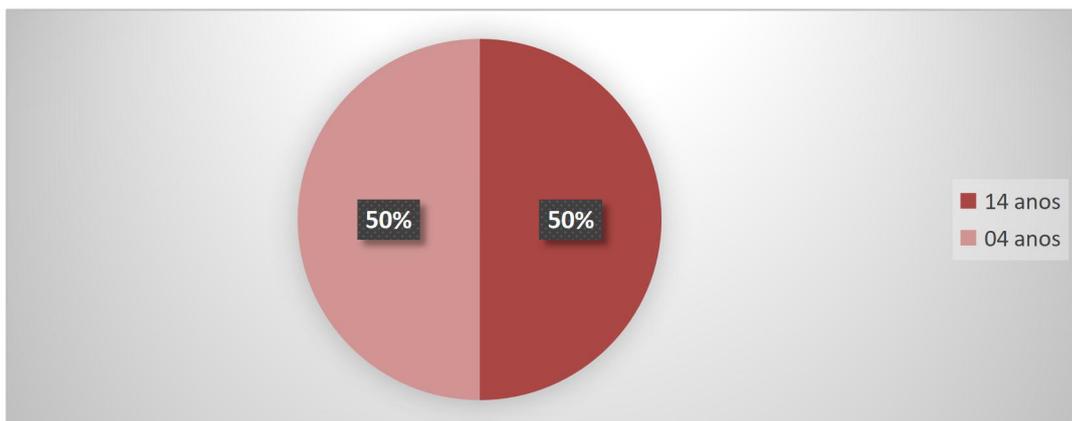
Gráfico 22: CARGO/FUNÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

O curso de Serviço Social na modalidade EAD na sua estruturação básica tem um coordenador do curso, um coordenador do polo e um coordenador pedagógico, no caso da UNOPAR a coordenação do curso de Serviço Social também é feita à distância e fica situada em Londrina- PR. Porém dos coordenadores entrevistados 50% declara que assume o cargo/função de coordenador do polo e 50% declara assumir o cargo/função de coordenador pedagógico.

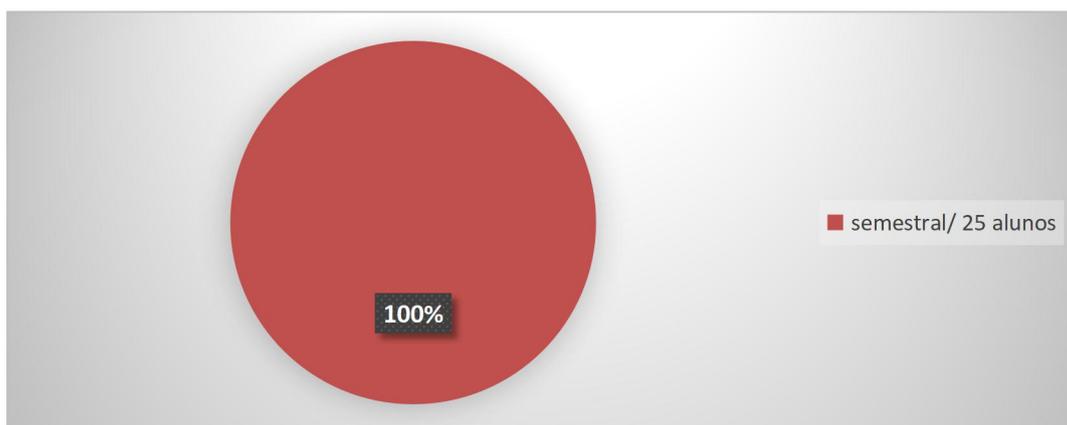
Gráfico 23: TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO/FUNÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Em relação ao tempo de serviço 50% afirma estar atuando no cargo há 14 anos e 50% afirma estar há 04 anos assumindo o cargo.

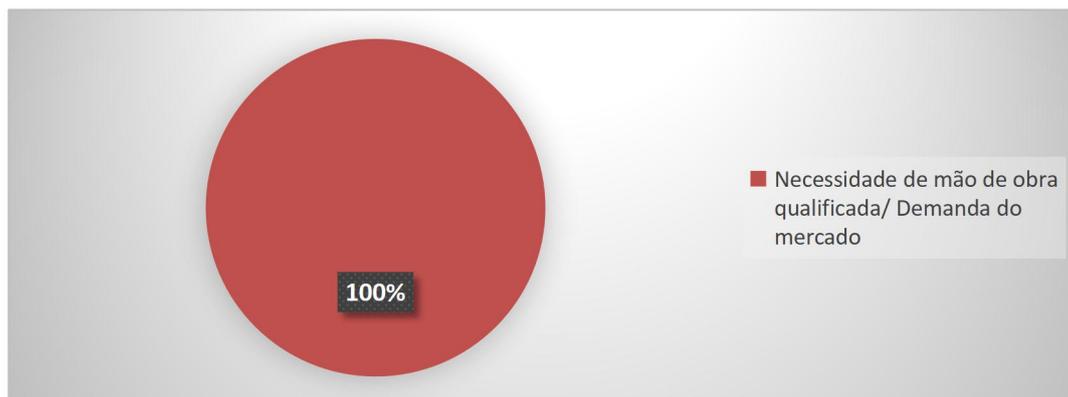
Gráfico 24: PERIODICIDADE DE INGRESSO E QUANTIDADE DE ALUNOS POR PERÍODO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Quando questionado sobre a periodicidade de ingresso e a quantidade de alunos que ingressam por período 100% dos entrevistados afirmaram que os ingressos são semestrais e que em média 25 alunos ingressam no curso a cada período.

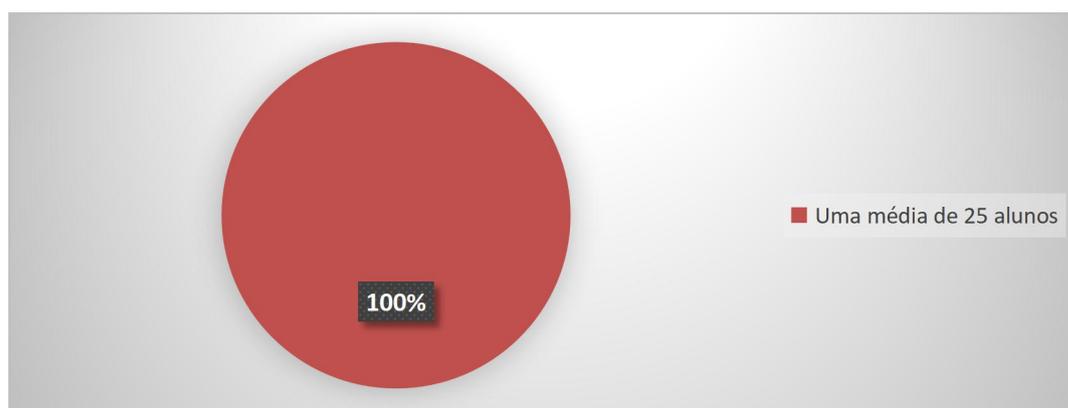
Gráfico 25: IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM CRUZ DAS ALMAS



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

De acordo com os coordenadores entrevistados 100% afirmam que o curso de Serviço Social foi implantado no município de Cruz das Almas após a constatação de existir uma demanda do mercado em obter mão de obra qualificada.

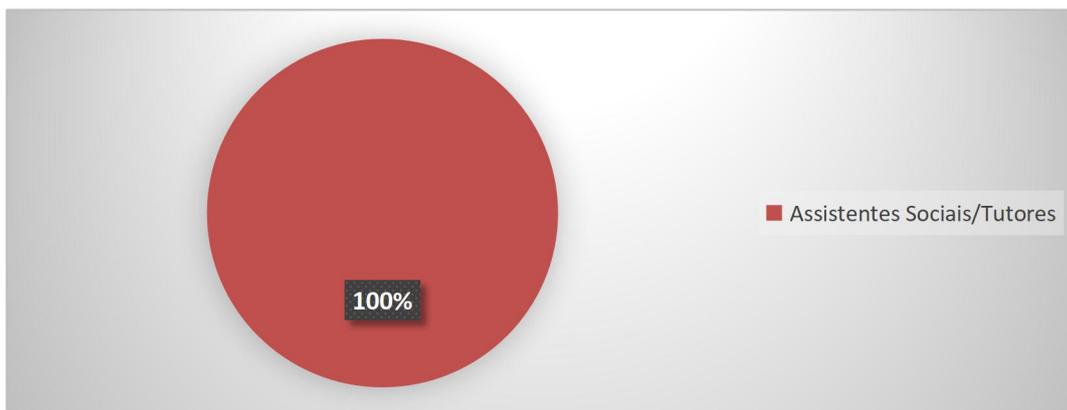
Gráfico 26: INGRESSO DE DISCENTES POR PERÍODO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Com a expansão do curso de Serviço Social EAD, a procura pelo curso tem aumentado, e, quando perguntado aos coordenadores qual a média de matrículas por período neste curso 100% dos entrevistados afirmaram que em média 25 alunos por semestre.

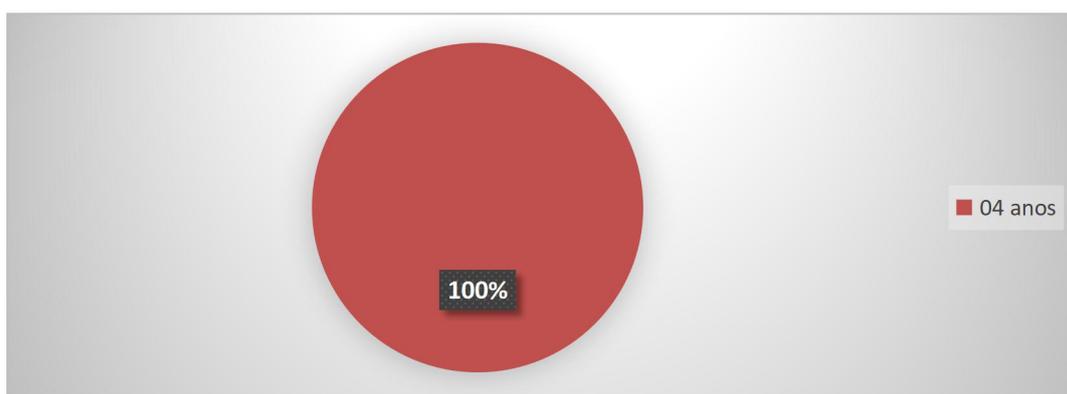
Gráfico 27: GRADUAÇÃO DOS DOCENTES E COMO SÃO ENTITULADOS



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Para exercer a função de tutor do curso de serviço social o MEC exige que o profissional seja graduado em serviço social e esteja devidamente registrado no conselho que representa a classe profissional. E para além das exigências do MEC a UNOPAR exige que os profissionais sejam no mínimo pós-graduado na área. Então quando perguntado sobre a graduação dos docentes e como são intitulados os profissionais que orientam os alunos na sala 100% dos entrevistados confirmaram que os profissionais são graduados em serviço social e são intitulados como tutores de sala ou presencial.

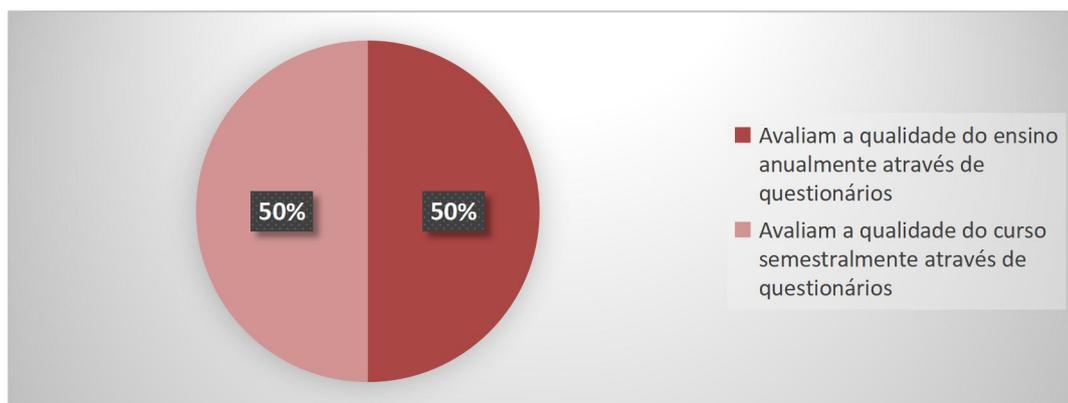
Gráfico 28: ROTATIVIDADE DOS DOCENTES NA INSTITUIÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Segundo 100% dos entrevistados, os profissionais (Tutores) permanecem por no mínimo durante 04 anos trabalhando na instituição, período suficiente para concluir o curso.

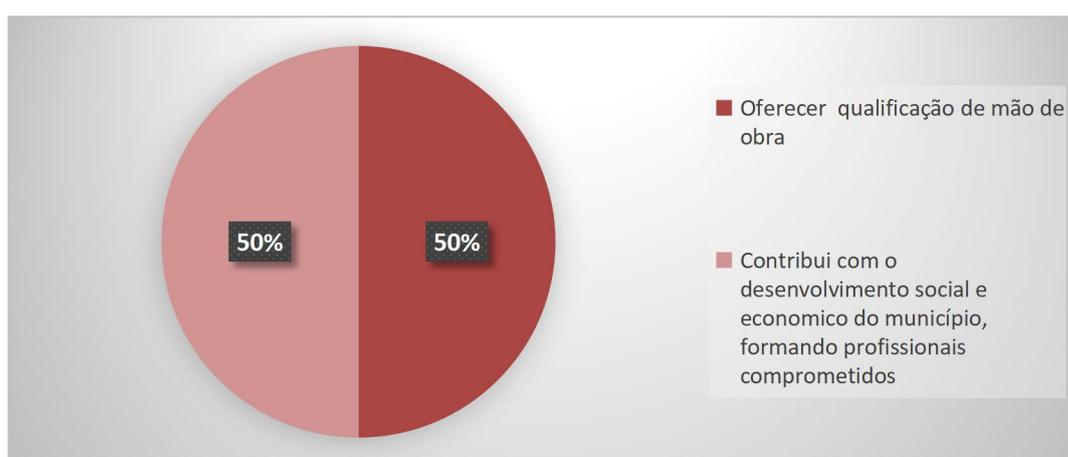
Gráfico 29: AVALIAÇÃO DO ENSINO, A FREQUÊNCIA E QUAL A FORMA DE AVALIAÇÃO



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

De acordo com 50% dos entrevistados, afirmam que o ensino ofertado pela UNOPAR é avaliado anualmente através da plataforma Desafio Nota Máxima com aplicação de questionários diagnósticos para identificar as lacunas existentes e a partir destas lacunas é elaborado pela coordenação pedagógica um plano especial com questões semanais com o objetivo de reforçar e suprir estas lacunas. E 50% afirmam que o ensino ofertado pela UNOPAR é avaliado semestralmente através de questionários.

Gráfico 30: CONTRIBUIÇÃO DA UNOPAR PARA O MERCADO DE TRABALHO LOCAL/ REGIONAL (COORDENAÇÃO)



Fonte: Elaboração própria- pesquisa aplicada- 2018.

Quando perguntado sobre a contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/ regional, 50% dos entrevistados afirma que ao longo dos anos em que a UNOPAR está instalada no município de Cruz das Almas, ela vem contribuindo no desenvolvimento social e econômico da cidade no sentido de gerar oportunidades de empregos no próprio polo, bem como qualificar e lançar no mercado local e regional profissionais comprometidos com a profissão escolhida. Enquanto 50% afirma que a contribuição da UNOPAR é no sentido de qualificar mão de obra para o mercado local e regional.

A partir da análise dos dados percebemos que apesar da região do Recôncavo abrigar faculdades públicas e presenciais que ofertem o curso de serviço social, é considerável o quantitativo de pessoas cursando serviço social na modalidade a distância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a modalidade de ensino EAD vem crescendo e possibilitando o acesso do ensino superior às pessoas que não dispõem de tempo para estudar exclusivamente, tendo de conciliar trabalho e estudo. Essa expansão da EAD requer uma adaptação dos que lidam com essa modalidade, já que se utiliza das ferramentas tecnológicas para sua realização, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA o que necessariamente não acontece no ensino presencial.

Por meio da pesquisa de campo realizada foi possível perceber que a faixa etária de discentes/alunos e egressos entrevistados é superior a 20 anos, tornando a EAD numa possibilidade para as pessoas que não tiveram a oportunidade de obter um diploma de nível superior no tempo regular.

Foi observado que as principais dificuldades presentes nesta modalidade de ensino residem no fato de a orientação pedagógica ainda ser fragmentada, tendo como principal desafio a busca da qualificação do ensino, já que os cursistas afirmam sentir dificuldades, principalmente em relação às dúvidas que surgem durante o processo de aprendizagem. Assim, é fundamental a melhora da metodologia de ensino buscando atender as reivindicações apresentadas pelos cursistas. Assim, tanto a pesquisa bibliográfica quanto a de campo contribuíram para um maior aprofundamento sobre a formação em Serviço Social na modalidade EAD, trazendo elementos para discussão das dificuldades e desafios desta modalidade de ensino e suas implicações para o projeto ético político dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política de Ensino Superior no Brasil:**a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social – Relatório Final do Seminário. In: Temporalis. N.1. Brasília, 2004.

A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. S/D. Disponível em <www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

AGUIAR, M. A. S. **O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do governo FHC.** 2002.

ALVES, Rêmulo Maia; ZAMBALDE, André Luiz; & FIGUEIREDO, Cristhiane Xavier..*Ensino a Distância.* UFLA/FAEPE. 2004. p. 6

ANDES. **A Contra Reforma da educação superior:** Brasília: ANDES, 2004.

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – REUNI.** Brasília: ANDIFES, jan. 2010.

BELLONI, M. L. **Educação à distância.** 3ª Ed. Coleção educação contemporânea. São Paulo: autores associados, 2003. p. 26

BOSCHETTI, I, S. **O Desenho das Diretrizes Curriculares e Dificuldades na sua Implementação.** In: Temporalis.nº8. Brasília: ABEPSS, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: Setembro de 2017.

Presidência da República. Decreto número 5.622.2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.html>

BRASIL, INEP/MEC. Sinopses **Estatísticas do INEP/MEC (2010 a 2013)** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: novembro de 2017

CARDIM, P. A. (17 de 10 de 2012). **O cenário do ensino superior no Brasil: avanços e desafios.** Acesso Setembro de 2017, Disponível em: <<http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos>>. Acesso em: Setembro de 2017.

Censo da Educação Superior, Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>.

CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e Serviço Social.** 2010.

Decreto nº 3.860/2001, de 9 de julho de 2001.

Decreto N.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).

DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lúcia Silva. **Educação à distância: da legislação ao pedagógico**. 2. ed. Petrópolis:VOZES,2010.

Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mjk4/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NDc=>> Acesso em: 12/01/2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Abraão dos Santos. **Uma análise da origem do serviço social no Brasil**. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira, ano VI nº 08, setembro 2013

Guedes, D.M. (2011). **Serviço Social na Educação a Distância: mitos e verdades**. Revista Científica de Educação a Distância, 02.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 52,53.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.- 26.ed.- São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

INEP/MEC. **Sinopses Estatísticas do INEP/MEC**. 2010-2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: nov. 2017.

Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010 – [catolicaonline.com.br/revista da católica](http://catolicaonline.com.br/revista-da-catolica) 401.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. - 7. ed.- Campinas, SP: Papyrus, 2003. p.15, p. 72

MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **Reflexões contemporâneas do campo científico do Serviço Social sobre a formação.**R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 315-323, out./dez. 2016.

NASCIMENTO, Giovanni Bezerra do. **O processo de formação do assistente social na modalidade de educação a distância em Palmas-To.** Goiás- 2013.135 f. Dissertação Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Serviço Social, Goiânia, 2013.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TOBALDINI, R.T.C; COELHO, K.A.F.P. **A Formação Profissional em Serviço Social na Atualidade:** precarização e esvaziamento das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996.In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, Águas de Lindoia, São Paulo. Anais.

YASCECK, M.C. **Os fundamentos históricos e teóricometodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário gestão UNOPAR

Este questionário faz parte de uma pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema a Expansão da oferta do curso de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD): Um estudo de caso do Polo da UNOPAR em Cruz das Almas- BA. Desde já agradeço a sua colaboração.

✓ **INFORMAÇÕES GERAIS:**

Cargo/ função: _____ Tempo no Cargo/ função: _____

Idade: _____ 3. Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade: _____

Periodicidade de ingresso: () semestral () anual

1. Quando foi implantado o curso de Serviço Social na UNOPAR- Polo de Cruz das Almas? _____

2. Porque a implantação do curso de Serviço Social na UNOPAR- polo de Cruz das Almas? _____

3. Qual o quantitativo de Discentes que ingressam periodicamente? _____

4. Como são intitulados os profissionais que orientam os discentes no polo?

5. Os Docentes do curso de Serviço Social são graduados em Serviço Social?

6. Qual a rotatividade dos Docentes na UNOPAR- polo de Cruz das Almas?

7. Vocês avaliam a qualidade do ensino ofertado? Com que frequência? E de que forma? _____

8. Em sua opinião qual a contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/ regional?

APÊNDICE B: Questionário docentes UNOPAR

Este questionário faz parte de uma pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema a Expansão da oferta do curso de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD): Um estudo de caso do Polo da UNOPAR em Cruz das Almas- BA. Desde já agradeço a sua colaboração.

◆ INFORMAÇÕES GERAIS:

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade: _____

1. Qual o seu cargo/função na UNOPAR? _____
2. Há quanto tempo trabalha na instituição? _____
3. Qual a(s) sua(s) formação (ões)? _____
4. A sua formação foi presencial ou EAD? _____
5. Como você avalia o Curso de Serviço Social da UNOPAR- polo de Cruz das Almas?

6. Em sua opinião qual a contribuição da UNOPAR para o mercado de trabalho local/ regional?

APÊNDICE C: Questionário discentes/Alunos UNOPAR

Este questionário faz parte de uma pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema a Expansão da oferta do curso de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD): Um estudo de caso do Polo da UNOPAR em Cruz das Almas- BA. Desde já agradeço a sua colaboração.

◆ INFORMAÇÕES GERAIS:

Idade:_____ Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade:_____

Semestre de ingresso:_____

Semestre de Conclusão:_____

1. Você trabalha?_____

2. Já fez alguma outra graduação? Qual?_____

3. Qual a modalidade do curso feito? () presencial () EAD

4. Por que optou pelo curso de Serviço Social EAD?_____

5. Qual a sua opinião a cerca da metodologia utilizada pela EAD? Justifique.

6. Qual a sua expectativa (desejo) em relação ao mercado de trabalho do Serviço Social?

7. Pretende atuar na área de Serviço Social?

() Sim () Na região () Outras regiões

() Não

APÊNDICE D: Questionário Egressos UNOPAR

Este questionário faz parte de uma pesquisa de trabalho de Conclusão de Curso que tem como tema a Expansão da oferta do curso de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD): Um estudo de caso do Polo da UNOPAR em Cruz das Almas- BA. Desde já agradeço a sua colaboração.

◆ INFORMAÇÕES GERAIS:

Idade: _____ Sexo: () Feminino () Masculino

Naturalidade: _____

1. Por que optou cursar Serviço Social em uma faculdade EAD? _____

2. Onde você estagiou (nome da instituição)? _____

3. Qual o período de estágio?

() 1 mês

() 2 meses

() 4 meses

8. Qual a sua opinião sobre o curso de Serviço Social na modalidade EAD?

6. Atua na área de Serviço Social? _____

7. Teve dificuldades em ingressar no mercado de trabalho? _____

8. Tem CRESS? () sim () Não

APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao trabalho de conclusão de curso intitulada **“A expansão da Oferta do Curso de Serviço Social na modalidade de Educação a Distância (EAD): Um estudo de caso do Pólo da UNOPAR em Cruz das Almas - BA”**, desenvolvida por Cleide Silva Dias. Fui informado (a), ainda de que a pesquisa é coordenada/orientada por Jucileide Nascimento e co-orientada por Maria Gorete, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através dos telefones: Jucileide Nascimento 71 99958-2805 ou e-mail: nascimento.jucileide@gmail.com e Maria Gorete 71 98821-3737 ou e-mail: mgoretebf@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ ou seu(s) orientador (es) coordenador(es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo/ pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CONEP).

Cachoeira, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____